

# Vila Rica, vila pobre: dilema de uma historiografia de aluvião

**Roberto Borges Martins**

Faculdade de Ciências Econômicas UFMG

robertomartins@uaivip.com.br

## Resumo

*A ocorrência de uma crise generalizada na economia mineira no final do século XVIII é hoje completamente desacreditada, mas ainda persiste alguma crença na idéia da decadência de seus centros urbanos. Usamos os dados pouco explorados do recenseamento de 1804 e dados arquivísticos inéditos sobre o Donativo Voluntário do mesmo ano para avaliar a situação de Vila Rica no alvorecer do século XIX. O trabalho conclui que naquele momento, longe de estar em ruínas, a capital de Minas era uma cidade multifuncional, com uma economia viva e diversificada. Suas condições econômicas e sociais fariam inveja à maioria das cidades brasileiras da época.*

## Abstract

*The idea of a sweeping economic crisis in Minas Gerais at the end of the gold cycle is now entirely discredited, but there is still some belief in the decline of the future state's urban areas. Using data from the 1804 census and unpublished archival data regarding the Donativo Voluntário of the same year, we examine the situation of Vila Rica at the dawn of the nineteenth century. We conclude that, far from being ruined, the city was very much alive and well. It had a diversified economy and its economic and social conditions could not be matched by most Brazilian towns at that time.*

**D**urante a maior parte do século XX, os principais historiadores da economia brasileira afirmaram que o declínio da produção aurífera, ao longo da segunda metade do século XVIII, teria lançado Minas Gerais numa decadência severa e prolongada.

Segundo esses autores a crise teria se manifestado principalmente através de uma profunda depressão, da involução da economia para uma agricultura de subsistência “de baixíssima produtividade”, e do dramático empobrecimento da população. Sem condições de repor ou mesmo de manter seus plantéis, os mineradores os dizimavam na esperança vã de encontrar novos filões, ou vendiam os escravos, agora ociosos, para o novo setor exportador que despontava no Vale do Paraíba. De maior importador de cativos da colônia, Minas teria se transformado em um grande exportador, em tal volume que teria garantido a decolagem da lavoura cafeeira.

Um corolário muito repetido desta tese é o de que a regressão da economia teria sido acompanhada pelo definhamento da importante rede urbana estabelecida na fase ascensional do “ciclo”. O declínio da mineração teria forçado a população a abandonar as áreas urbanas, dispersando-se pelo meio rural. Semidesertas e sem alternativas produtivas, as vilas e os arraiais do ouro teriam entrado em um processo de atrofia, e de deterioração econômica, social e física.

Aparentemente quem inaugurou esta visão sombria foi o historiador português Joaquim Pedro Oliveira Martins<sup>1</sup> quando escreveu, em

*1 Atribuo a Oliveira Martins a autoria original da tese do colapso da economia e da decadência urbana de Minas, simplesmente porque não encontrei esta visão radical em escritos anteriores. As memórias e relatórios produzidos por administradores coloniais, bem como as dos letrados brasileiros comissionados pelo governo português, no final da era colonial, enfocam invariavelmente o declínio da produção de ouro, os meios de remediá-la e de recuperar as receitas da Real Fazenda. Seu tom é dramático e alarmado – “cadavéricas minas” – mas não apontam nenhuma crise geral da economia, nem miséria generalizada da população, nem ruína das cidades. Na introdução de Minas e Currais, Angelo Carrara oferece uma excelente análise do significado dos queixumes e choradeiras sobre a “decadência” e “miséria” de Minas Gerais, desde a primeira metade do setecentos, na qual salienta o problema de*

1880, que:

Ainda nos primeiros anos da nossa era a província de Minas apresentava o aspecto de uma ruína: os habitantes estavam indecisos entre a exploração de jazigos cada vez menos produtivos, e a da agricultura prometedora; as vilas, isoladas por léguas e léguas de distância, escondidas em desvios de serras bravias, definhavam. Era uma decadência triste e uma desolação geral. Os vizinhos da outrora opulenta Vila Rica miravam-se nas ruínas da antiga prosperidade. Mendigos habitavam em palácios carunchosos.

(...) viam-se os campos abandonados, miseráveis casas destelhadas caindo a pedaços; os jardins e cercados estavam infestados de plantas parasitas; as pastagens perdidas, os gados, ao abandono, diminuam. (...) A casa era uma barraca miserável, com muros de taipa de barro, sem vidraças, roída pelo tempo e mal defendida contra as chuvas. O chão era a terra úmida e negra, sem ladrilhos nem sobrado, saturada de imundície e endurecida pelo perpassar dos moradores que viviam numa promiscuidade repugnante, homens e cevados. Por camas, tinham enxergas duras para os amos, um couro ou uma esteira sobre o chão para os servos. A ninhada das crianças folgava seminua, esfarrapada e descalça, as mulheres enfezadas e pobremente vestidas; e o chefe da casa, indolentemente embrulhado na capa, com os socos nos pés, vigiava o trabalho dos negros, lavando o cascalho com a sempre mantida esperança da descoberta de um depósito abundante de ouro (OLIVEIRA MARTINS, 1978, 83-85).

Oliveira Martins foi um destacado membro do “decadentismo português” do século XIX e da “geração dos 70” – um grupo de intelectuais que se autodenominava “vencidos na vida” e que

*“conferir fidedignidade a discursos ideológicos” (CARRARA, 2007, 21-31). Vejam-se também os “textos da decadência”, de José Vieira Couto, José Manuel de Sequeira, D. Rodrigo José de Menezes, Basílio Teixeira de Sá Vedra, José Elói Ottoni, José João Teixeira Coelho, e a própria “Instrução para o Visconde de Barbacena”, de Martinho de Melo e Castro, entre outros.*

viveu assombrado entre o fantasma de um passado brilhante e a angustiante realidade do presente medíocre e sem perspectiva do seu país.

Destemperado e adjetivoso ad nauseam, sua narrativa histórica é um exercício de ficção, comprometido apenas com seus ódios e suas paixões. Demonstra em várias passagens de seu texto uma grosseira ignorância sobre fatos básicos da história do Brasil<sup>2</sup> e sua única fonte de informação sobre Minas Gerais é o relato de John Mawe, que distorce de maneira radical e desonesta. A ferocidade vazia de sua visão sobre Minas revela um rancor atávico contra uma colônia que, tendo sustentado o luxo e a ostentação, de repente passara a negar oxigênio a um Portugal sufocado. O rancor de quem sabia que não haveria novos Conventos de Mafra, e que se Lisboa tivesse sido novamente chacoalhada, chacoalhada teria ficado. Enfim, um demente, que não deveria ter sido levado a sério, mas que acabou influenciando toda a historiografia econômica brasileira do século XX.

O responsável por isto foi Roberto Simonsen que, em sua História Econômica do Brasil (1937), transcreveu na íntegra o trecho citado acima, endossando sem qualquer questionamento a descrição do autor português sobre o aniquilamento da economia mineira. (SIMONSEN, 1978, 292-94, 404) Pouco mais tarde, em 1940, Simonsen lançou a lenda da transferência dos escravos da mineração para o café, de sua própria lavra, que se tornaria um mantra repetido por gerações de historiadores (SIMONSEN, 1973, 172-73, 180).

Celso Furtado estava apenas repetindo Simonsen (e através dele Oliveira Martins) ao escrever que Minas Gerais regrediu para uma economia natural, que as cidades entraram em

2 “Xavier, o Tira-Dentes, Maciel do Rio, Freire de Andrade, eram os chefes da conspiração que foi abortada. Pagaram no patíbulo a sua audácia”. (OLIVEIRA MARTINS, 1978, 95). Este é apenas um exemplo da ignorância de Oliveira Martins sobre a história do Brasil.

declínio, e que os escravos foram vendidos para as áreas cafeeiras no final do ciclo do ouro. Na Formação Econômica do Brasil, que declarou ter escrito em três meses, nas “sobras de tempo que ia furtando” de outros trabalhos (FREIRE, 1997, I, 331-32), o economista paraibano teve Simonsen como única fonte de informação sobre Minas, e produziu, em quarenta e oito linhas, a versão mais radical da via crucis da capitania, mesmo adotando uma linguagem “mais técnica” e menos colorida que a de seus antecessores.

Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica - à exceção de alguma agricultura de subsistência - era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência. Uns poucos decênios foram necessários para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região (...). Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem europeia.<sup>3</sup> (FURTADO, 1967, 91-93, 122-23).

O enorme sucesso de Formação Econômica do Brasil entronizou na historiografia brasileira a tese da bancarrota de Minas Gerais, que passou a ser repetida sem contestação – magister dixit – por quase todos os historiadores subsequentes, durante várias décadas.

Embora ainda circule entre leigos e ainda esteja presente em livros didáticos e em salas de aula, esta visão é hoje amplamente rejeitada por historiadores e pesquisadores acadêmicos. Graças a uma nova historiografia, surgida no final do século passado e no início do atual, com base em pesquisa primária e em farta evidência documen-

3 Os três capítulos que compõem a terceira parte do livro – Economia escravista mineira (século XVIII) – contêm apenas quatro notas de rodapé. Nenhuma delas tem qualquer relação com a economia de Minas Gerais. Furtado não apresenta, nem no texto nem nas notas, qualquer evidência empírica, documental, ou mesmo qualquer citação bibliográfica, em suporte às afirmações, frequentemente ousadas e grosseiramente erradas, que faz. Tudo indica que não leu nada além da História Econômica de Simonsen, nem mesmo a obra básica de Caio Prado Júnior.

tal e empírica, sabemos que a economia mineira passou por uma intensa diversificação desde seus primeiros anos, que não sofreu nenhum colapso no final do século XVIII ou no início do XIX, que a importação de escravos nunca foi interrompida, e que Minas nunca foi um fornecedor de cativos para outras regiões.

Persiste, entretanto, alguma crença na tese da decadência urbana.<sup>4</sup> Esta visão tem sido revista e já foi descartada em alguns casos, mas a mais importante das cidades da Minas colonial ainda permanece sob o estigma da prostração e do definhamento.

O texto abaixo, publicado em 2009 e 2011, por Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, é um exemplo disso.

O quadro desta área mineira, no alvorecer do século XIX revelava-se desolador. Superada a “febre” do ouro a economia estagnou-se e apresentava-se, nos núcleos urbanos, franca recessão populacional. Nos seus arredores descortinavam-se campos desertos, sem lavouras ou rebanhos. Dos morros, esgaratados até a rocha, havia-se eliminado a vida vegetal; neles restavam montes de cascalho e casas, na maioria, em ruínas. A pobreza dos habitantes remanescentes, as existências de ruas inteiras quase abandonadas provocavam imediata admiração nos visitantes que passavam por Vila Rica. Das duas mil casas – na sua maioria construídas de barro e malconservadas, a atestar os parques recursos de seus donos –, quantidade considerável não estava ocupada, o aluguel mostrava-se carente; nas transações imobiliárias a queda dos preços alcançou 50%. A população que somara, como atesta Saint-Hilaire, vinte mil pessoas, reduzira-se a oito milhares; tal quebra no número de habitantes teria sido

<sup>4</sup> *Esse era o estado da arte até o final do século XX. Eu mesmo, apesar de ter proposto uma visão fortemente revisionista sobre a decadência de Minas em minha tese de doutorado (MARTINS, 1980), mencionei várias vezes o colapso dos núcleos urbanos e a diáspora rural da população mineira. Mas mesmo antes dessa época já havia quem manifestasse reservas sobre essas teses. Lawrence Nielsen, por exemplo, fez um estudo em profundidade sobre a região de Sabará, e já alertava, em 1975, que “a magnitude do êxodo das áreas mineradoras ainda está por ser determinada. Existe evidência de que a maioria dos mineiros não abandonou a região depois que suas explorações tinham se esgotado. Informações sobre o declínio demográfico encontradas nos relatos de viajantes nas primeiras décadas do século dezanove devem, portanto, ser usadas com cautela até que sejam feitas pesquisas adequadas” (NIELSEN, 1975, 38-39).*

ainda maior, não fosse Vila Rica a capital da capitania, centro político-administrativo e residência de um regimento.(...) A paisagem das velhas cidades, construídas enquanto cresciam os mananciais de riqueza, com suas belas igrejas barrocas, os sobradões debruçados diretamente sobre as ruas estreitas, as praças apertadas, os chafarizes outrora borbulhantes, lá estão hoje, preservados no tempo como mensagem histórica a documentar a realidade social vivida no passado. A decadência muito rápida, a excelência dos materiais, não deram margem à deterioração, às marcas da miséria a se arrastar ao longo dos anos, frutos de paulatino apoucar de recursos.<sup>5</sup> (COSTA, 2011, 183-84)

Vila Rica é, sem dúvida, o lugar mais emblemático do “ciclo do ouro”. Foi palco da descoberta da primeira jazida e logo se transformou em uma área mineradora de primeira grandeza. Criada vila em 1711, já em 1720 foi elevada à condição de capital do país das minas. Apesar de só ter recebido formalmente o título de cidade – Imperial Cidade do Ouro Preto – em 1823, foi desde muito cedo um dos maiores núcleos urbanos do Brasil, e um espaço econômico, comercial, administrativo e político de importância central no império português do setecentos, que tinha em Minas Gerais a sua joia mais preciosa.

Rica e próspera, Vila Rica se destacava também pela cultura, pela arquitetura e pelas artes, e foi palco de processos e eventos políticos notáveis, até hoje lembrados e festejados pelos mineiros.

Foi durante todo o século XVIII, e além dele, o símbolo da opulência – “um Potosí de ouro (...) mais soberba e opulenta de todas, assim pela frequência de comerciantes, como pela

<sup>5</sup> *Esse texto é quase idêntico a aquele publicado em (LUNA e COSTA, 2009, 41-42). Embora não tenha nenhuma vinculação com a obra de Oliveira Martins, o trecho é fortemente reminescente, até no estilo empolado, do texto de 1880 do autor português citado acima. Se tal descrição de Vila Rica pode ser considerada extravagante no autor do século XIX, torna-se francamente anacrônica em historiadores do século XXI. A descrição é baseada exclusivamente em uma leitura parcial de John Mawe e no relato de Saint-Hilaire, e apesar de publicada (ou republicada) em 2009 e 2011, nos remete à pré-infância da pesquisa histórica no Brasil, tempo em que os relatos dos visitantes estrangeiros eram considerados fontes suficientes, sofisticadas e definitivas.*

abundância de suas minas ” (BRITO, 1732, 18-19) – e a grande referência do Eldorado que incendiava as fantasias e a cobiça dos coloniais, dos portugueses e da Europa inteira. Muito mais tarde, certamente em virtude de seu próprio caráter emblemático, a imagem de Vila Rica foi apropriada por defensores da tese da decadência como símbolo do declínio de Minas Gerais.

O propósito deste trabalho é examinar o panorama econômico e social de Vila Rica no alvorecer do século XIX, com vistas a obter elementos que nos permitam avaliar de forma objetiva a tese de sua decadência.

Para isto utilizaremos duas fontes. A primeira delas, o levantamento censitário realizado em 1804, é conhecido, mas pouco explorado. Abrange os seis distritos urbanos do termo e foi publicado em 1969 pelo Arquivo Nacional (MATHIAS, 1969). A outra é constituída por três códices de documentos inéditos sob custódia do Arquivo Público Mineiro, que contém registros do donativo voluntário estabelecido pela Carta Régia de 6 de abril de 1804, e outros documentos sobre o mesmo assunto, também depositados no APM.

Esses dois conjuntos documentais derivam do mesmo fato gerador: a solicitação feita a seus súditos brasileiros pelo Príncipe Regente D. João, de doações espontâneas à coroa portuguesa, em dificuldades financeiras causadas pelas guerras napoleônicas.

O momento focalizado por estes documentos não poderia ser mais adequado ao nosso propósito. Em 1804, a produção de ouro (mediada pela arrecadação dos quintos) se encontra muito próxima de seu ponto mais baixo, e a economia da capitania ainda não tinha começa-

do a receber os estímulos que receberia com a transferência da corte portuguesa para o Brasil. Ou seja, Minas Gerais deveria estar no fundo do poço, de acordo com a visão dos historiadores decadentistas.

## O Recenseamento de 1804

O censo de 1804 cobre os seis distritos urbanos do termo (Ouro Preto, Antônio Dias, Alto da Cruz, Cabeças, Morro e Padre Faria/Água Limpa/Taquaral) e é organizado por domicílios ou fogos. Traz, para cada domicílio, o nome do chefe e a listagem dos seus moradores, com condição, sexo, idade, relação de parentesco e raça. Os escravos têm sua nacionalidade registrada em 91% dos casos. As ocupações de 75% dos chefes de fogo e de muitos dos moradores adultos livres são especificadas. No distrito de Ouro Preto quase todos os escravos adultos têm sua ocupação registrada, nos demais essa informação é praticamente inexistente.

**Tabela 1 - Vila Rica: população por distritos urbanos e por condição, 1804**

Distritos	Livres	Escravos	Total	% Escravos
Ouro Preto	1.819	1.043	2.862	36
Antônio Dias	1.100	598	1.698	35
Cabeças	950	448	1.398	32
Morro	946	328	1.274	26
Alto da Cruz	824	290	1.114	26
Padre Faria	458	161	619	26
Total	6.097	2.868	8.965	32

Fonte: Recenseamento de Vila Rica, 1804

Foram arrolados 1.671 fogos, com 8.965 habitantes, sendo 6.097 livres e 2.868 escravos.<sup>6</sup> É impossível determinar com precisão se estava ocorrendo aumento ou diminuição da população total porque não existem dados seguros

<sup>6</sup> Há pequenas discrepâncias, tanto nos totais como nos diversos recortes por sexo, condição, idades, nacionalidades, ocupações, etc., entre as compilações do censo feitas por Donald Ramos, Iraci del Nero da Costa, Herculano Gomes Mathias e a minha própria. Essas diferenças são, em geral, desprezíveis.

para qualquer período anterior<sup>7</sup>. Essa carência não é só de Vila Rica, mas de toda Minas Gerais. Qualquer comparação temporal das populações de distritos, termos ou comarcas da capitania, se não for conduzida com extremo cuidado, torna-se um exercício temerário, que pode resultar em erros grosseiros, porque além da falta de estatísticas confiáveis é também muito difícil garantir a comparabilidade das unidades territoriais ou administrativas.

Donald Ramos, um dos raros pesquisadores que utilizaram o censo em profundidade, usa a baixa razão de masculinidade da população livre (80 homens por 100 mulheres) e a alta porcentagem de domicílios chefiados por mulheres (45%) para argumentar que provavelmente teria ocorrido emigração de homens em períodos anteriores ao censo. (RAMOS, 1975; RAMOS, 1979)

Isso é bem possível. A porcentagem de fogos chefiados por mulheres é, de fato, muito alta, bem maior, por exemplo, do que os 26% observados no conjunto da província, tanto em 1831-32 quanto em 1838-40, e realmente sugere alguma perda de população adulta do sexo masculino.<sup>8</sup> (APM. Listas Nominativas de 1831-32; APM. Listas Nominativas de 1838-40). Na falta de estatísticas diretas, a razão de masculinidade é um bom indicador de fluxos migratórios, pela simples razão de que as migrações não são neutras em termos de gênero, e os homens migram

<sup>7</sup> Em 1816, Saint-Hilaire afirmou que a população da cidade atingira 20 mil moradores em alguma época passada, mas não indica quando. (SAINT-HILAIRE, 1975, 69-70). John Mawe afirmou que eram 20 mil nas duas freguesias (Ouro Preto e Antônio Dias) quando lá esteve, em 1809, mas o censo de 1804 contou apenas cerca de nove mil habitantes nos seis distritos urbanos. (MAWE, 1812, 167). Todos os números anteriores ao recenseamento de 1804, são meros palpites, sem qualquer fonte ou evidência que os sustente. Existe, além disso, muita confusão entre a população da cidade, do termo, e até da comarca. Mesmo em autores do século XX encontram-se grandes disparates sobre a população de Vila Rica. Em sua Formação Histórica do Brasil, João Pandiá Calógeras atribuiu 100 mil moradores à vila (VASCONCELLOS, 1956, 51). O geógrafo francês Pierre Deffontaines, em celebrado estudo sobre a formação das cidades brasileiras, também afirmou que Vila Rica "contou até 100.000 habitantes (...)" (DEFFONTAINES, 1944, 144).

<sup>8</sup> Em 1838 havia 34% de fogos chefiados por mulheres no distrito de Ouro Preto.

muito mais que as mulheres.

Em populações "fechadas", onde não ocorrem migrações (ou onde esses movimentos são estatisticamente insignificantes), a razão de masculinidade situa-se sempre um pouco abaixo de 100, por causa da sobremortalidade masculina, que é observável em todos os lugares e em todos os tempos.<sup>9</sup>

Mas, como as regiões de destino das migrações recebem mais homens do que mulheres, suas razões de masculinidade serão superiores a 100, e serão tanto mais altas quanto maior for o desequilíbrio de sexo dos contingentes migrantes e a intensidade do movimento migratório. Inversamente, as regiões emissoras de fluxos migratórios, perderão mais habitantes masculinos do que femininos, e terão, portanto, razões de masculinidade mais baixas.

Pequenas variações do índice em torno do seu patamar "normal" (seu valor nas populações fechadas) não autorizam quaisquer conclusões sobre migrações.

No fim do século dezoito e início do dezanove, as razões de masculinidade das populações livres urbanas e rurais de Minas apresentavam muita variação, sendo praticamente impossível associar com segurança este indicador com qualquer tipo de movimento migratório ou com a situação econômica da área. Além disso, nessa era proto-estatística, muitos dados eram patentemente imprecisos, e podem gerar razões de masculinidade baixas em áreas que certamente não estavam perdendo população, ou altas em áreas que não estavam recebendo migrações.

Dados coletados pelos vigários de vinte freguesias, entre 1796 e 1798 (seis das quais

<sup>9</sup> Na população brasileira atual, por exemplo, que pode ser considerada uma população "fechada" em termos de movimentos migratórios (não tem emigração nem imigração estatisticamente significativas), a razão de masculinidade é igual a 94,3 (IBGE, 2012).

eram as freguesias do distrito da sede de seus termos) mostram razões de masculinidade da população livre variando entre 135 (Bonsucesso de Caeté) e 63 (Rosário do Sumidouro).<sup>10</sup>

Em 1804, mesmo ano do censo de Vila Rica, essa razão atingia somente 63, no distrito da Sé da Cidade de Mariana.<sup>11</sup>

Mapas de população existentes no APM, para treze dos catorze termos da capitania no ano de 1808, apresentam uma variação entre 108 (Barbacena) e 89 (Vila Rica).<sup>12</sup>

Em 1813, em 51 freguesias pertencentes a sete termos, a razão de masculinidade da população livre oscilava entre 57 (Prados) e 163 (Conceição de Morrinhos). No mesmo ano, o índice também apresentava bastante variação, mesmo nas freguesias das sedes de importantes municípios mineiros, tais como, as da Vila de Barbacena (100), da Vila Real de Queluz (88), da Vila de Pitangui (85), da Vila de São Bento de Tamanduá (99), da Vila do Príncipe (81), da Vila Real de Sabará (91) e da Vila de São João del Rei (86).<sup>13</sup>

Esses valores e essas variações não eram uma peculiaridade de Minas Gerais. Em 1836, nos 46 termos da província de São Paulo (que na época incluía o Paraná), as razões de masculinidade dos livres variavam de 120 (Santa Isabel) até 80 (Parnaíba). Em 1779-89, em 55 freguesias da capitania do Rio de Janeiro a razão variava de 421 (Conceição do Alferes) a 55 (Catedral do

Rio de Janeiro), enquanto na Cidade do Rio de Janeiro, capital da colônia, atingia, “dentro de muros”, apenas 77 homens por 100 mulheres.<sup>14</sup> (MULLER, 1978, 158, 167; ANÔNIMO, 1884, 27-29).

**Tabela 2 - Vila Rica: masculinidade da população livre por faixas etárias, 1804**

Faixas de idade	Homens livres	Mulheres livres	Homens por 100 mulheres
00 - 09	658	665	99
10 - 19	539	567	95
20 - 29	347	620	56
30 - 39	355	482	74
40 - 49	280	371	75
50 - 59	207	266	78
60 - 69	149	194	77
70 +	118	149	79
Total c/ idade conhecida	2.653	3.314	80

Fonte: Recenseamento de Vila Rica, 1804

Mas, se os dados são de boa qualidade, grandes desequilíbrios de sexo, para um ou para outro lado, indicam, efetivamente, a ocorrência de movimentos de população. As estatísticas de 1804 para os distritos urbanos de Vila Rica têm sua origem em um levantamento censitário minucioso, coletado domicílio a domicílio, e parecem perfeitamente confiáveis. A razão de masculinidade de 80 homens livres por 100 mulheres livres é realmente baixa e sugere que, de fato, a cidade perdeu alguma população masculina em períodos anteriores à realização do censo.

O exame das razões de masculinidade específicas por faixas etárias reforça esta conclusão, revelando que o déficit do sexo masculino era fortemente concentrado na faixa de 20 a 39 anos (razão igual a 64) e ainda mais especialmente na faixa de 20 a 29 anos (razão igual a

<sup>10</sup> Os mapas de população das vinte freguesias mencionadas podem ser encontrados em APM. Casa dos Contos, caixas 37, 93 e 94; e APM. SG, caixas 31 e 41.

<sup>11</sup> “Relação das pessoas existentes neste Districto da Cidade de Marianna (...) Tirada em agosto de 1804”. ANRJ - Caixa 268, pacote único.

<sup>12</sup> Dos termos então existentes só não foi localizado o mapa referente a Campanha. Os outros treze estão em APM. SG, caixa 77, docs. 61, 63, 65, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 82 e 84.

<sup>13</sup> Os mapas de população das 51 freguesias, incluindo as freguesias das sedes das vilas de Barbacena, Queluz, Pitangui, Tamanduá, Príncipe, Sabará e São João del Rei estão em APM. Casa dos Contos, caixa 99, planilha 20.453; APM. SG caixa 89, docs. 49, 50, 51, 52, 53 e 54.

<sup>14</sup> “Dentro de muros” significa que inclui somente as freguesias urbanas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (Catedral, Candelária, São José e Santa Rita).

56). Jovens adultos do sexo masculino são, em qualquer sociedade e em qualquer época, o grupo mais propenso, ou mais disposto, a migrar, por várias razões, especialmente de ordem econômica. Essa migração teria ocorrido algum tempo antes do recenseamento, e Vila Rica teria perdido, no máximo, umas poucas centenas de habitantes do sexo masculino.

Essa ideia ganha reforço com dados da freguesia da Matriz do Pilar de Ouro Preto, que continha a maior parte da população da cidade. Esses números demonstram que a razão de masculinidade dos livres dessa paróquia já era igual a 82, 82 e 83, em 1796, 1797 e 1798, respectivamente.<sup>15</sup> Tudo indica, portanto, que na época do censo a população de Vila Rica já tinha se estabilizado.<sup>16</sup>

O contingente escravo, principal forma de acumulação de riqueza na época, era considerável, chegando a 32% da população total. Sua posse era amplamente disseminada – estavam presentes em nada menos do que 43% dos fogos da cidade, um índice altíssimo. Nos dois distritos mais importantes, Ouro Preto e Antônio Dias, mais da metade dos domicílios possuía pelo menos um cativo (50% e 54% respectivamente).<sup>17</sup>

15 *Mapas da População da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica do Ouro Preto (...) 1796, 1797 e 1798. Assinados por Vidal José do Valle, vigário colado da freguesia. APM. Casa dos Contos. Cx. 94, planilha 20.367; APM. Casa dos Contos. Cx. 94, planilha 20.364; APM Casa dos Contos. Cx. 94, planilha 20.364.*

16 *Donald Ramos, que tem uma visão da situação de Vila Rica diferente da que será apresentada neste trabalho, concorda com esta estabilização. "The period under examination is precisely in the midst of this stage of stable depression (...) presumably those who could leave had already abandoned the area for the economically expanding coastal areas (RAMOS, 1979, 496).*

17 *Para comparação: em 1808, na Capitania de São Paulo, 23,9% dos domicílios possuíam escravos (MARCÍLIO, 2000, 109). Em 1831-32, na província de Minas Gerais esse índice era de 31% (APM. Listas*

**Tabela 3 - Vila Rica: disseminação da propriedade escrava pelos distritos e fogos, 1804**

Distritos	Fogos	Escravos	Fogos c/ escravos	% de fogos c/ escravos	Escravos por fogo
Ouro Preto	537	1.043	271	50	3,8
Antônio Dias	273	598	147	54	4,1
Cabeças	261	448	93	36	4,8
Morro	247	328	78	32	4,2
Alto da Cruz	221	290	80	36	3,6
Padre Faria	132	161	42	32	3,8
Total	1.671	2.868	711	43	4,0

Fonte: Recenseamento de Vila Rica, 1804

Cerca de 80% dos 711 proprietários tinham até cinco escravos e apenas 9% possuíam mais de dez. O tamanho médio dos plantéis era de quatro escravos por fogo. Esta prevalência de pequenos plantéis está perfeitamente alinhada com o padrão da escravidão urbana em várias partes da América. A média observada em Vila Rica era maior do que os plantéis médios de Havana (3,1 em 1857), e de importantes cidades escravistas dos Estados Unidos, como Saint Louis (2,5), New Orleans (3,0) ou Louisville (3,3) em 1850, e apenas ligeiramente inferior às médias da grande cidade portuária de Mobile, Alabama (4,6) e de Richmond, Virginia, a capital industrial do Old South (5,9), também em 1850. (KNIGHT, 1970, 134-35; GOLDIN, 1976, 20; WADE, 1964).

Comparando com cidades brasileiras, era maior que as médias das cidades de São Paulo e Santos (1,28 e 3,06, respectivamente) em 1836, e das freguesias urbanas do Rio de Janeiro (2,9 em 1779-89 e 3,6 em 1821). (MULLER, 1978, 132-147; ANÔNIMO, 1884, 27-29; SILVA, 1986, 99).

A razão de masculinidade dos escravos (139 homens por 100 mulheres) (RAMOS,

*Nominativas de 1831-32. A comparação não é precisa por envolver áreas urbanas e rurais, mas serve para realçar a extrema disseminação da propriedade de escravos em Vila Rica.*

1979, 520) era muito elevada, considerando o caráter exclusivamente urbano desta população. Em Cuba a razão de masculinidade dos escravos das áreas urbanas, em 1855, não passava de 88, e nas treze maiores cidades do Caribe Britânico, incluindo Kingston, na Jamaica, variava entre 72 e 99 homens por 100 mulheres em 1813-1819. (KNIGHT 1970, 79; HIGMAN, 1995, 118)

No Brasil, o coeficiente atingia 103 na cidade de São Paulo em 1836. Em 1779-89, na vila de São Salvador de Campos, principal área exportadora do Sudeste na época, a razão era de 141, pouco mais alta que em Vila Rica. No mesmo período, nas freguesias urbanas de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1779-89 havia 136 escravos homens por 100 mulheres, e em 1838, quando a cidade, além de ser a corte e a capital do Império, era o maior porto escravista do mundo, essa razão atingiu 148 homens por 100 mulheres (MULLER, 1978, 132-147; ANÔNIMO, 1884, 27-29; SILVA, 1986, 99-100).

A baixa razão de masculinidade dos contingentes cativos urbanos refletia, em geral, o fato destas populações incluírem um expressivo componente de mulheres escravas empregadas no serviço doméstico (HIGMAN, 1995, 118). O nível bem mais alto observado em Vila Rica sugere fortemente que, além do trabalho doméstico, havia escravos ocupados em outras atividades produtivas.

E, muito mais importante para a avaliação das condições econômicas da cidade, a alta proporção de escravos do sexo masculino é uma indicação segura de que Vila Rica continuava importando escravos na época do recenseamento, ou que o fizera em períodos muito próximos a ele.

O diferencial de mortalidade entre homens e mulheres – uma taxa de mortalidade mas-

culina muito mais alta que a feminina – é um fato solidamente estabelecido na história de todas as populações cativas da escravidão moderna.

Portanto, na ausência de importações, ou mesmo com importações moderadas, a razão de masculinidade convergia rapidamente para o equilíbrio, e logo para uma maioria de mulheres. A evidência empírica desse processo é absolutamente inequívoca, nos Estados Unidos, em todas as colônias do Caribe e em todas as regiões do Brasil.

Por outro lado, é também firmemente estabelecida a existência de um forte desequilíbrio entre os sexos – uma ampla maioria de homens – nas importações de escravos, em todos os períodos e em todos os lugares, tanto no tráfico atlântico quanto nos tráficos internos, onde quer que tenham ocorrido.

Assim, a permanência de uma proporção maior, mesmo moderadamente maior, de escravos do sexo masculino, dependia crucialmente de contínuas importações e, portanto, a manutenção de uma razão de sexo maior do que 100 é um seguro indicador de importações constantes e recentes.

A estrutura etária da população escrava apresentava uma deformação – um estreitamento na faixa mais jovem, e um inchaço nas idades produtivas – bem característica das áreas importadoras: o grupo de 0 a 9 anos representava apenas 14%, enquanto a faixa de 10 a 49 anos englobava 72% do total. Essa distorção na distribuição das idades indica que a população não se reproduzia endogenamente, e que recebia migrações (que no caso de escravos são importações) de indivíduos já adolescentes e jovens adultos.

As importações eram indispensáveis para sustentar o contingente cativo da cidade,

pois as escravas eram muito inférteis: a razão criança/mulher (número de crianças de zero a quatro anos por mil mulheres de 15 a 44 anos), que pode ser usada como um índice de fertilidade (HIGMAN, 1995, 356; SUTCH, 1975, 183), era extremamente baixa, atingindo somente 228. Para avaliar o significado deste número, anote-se que nos Estados Unidos, única população escrava das Américas que apresentou reprodução natural positiva, a razão criança/mulher era superior a 750, em 1850 e 1860 (U. S. BUREAU OF THE CENSUS, 1960, 10-11).

Quase metade da população escrava (48%) era constituída por africanos (RAMOS, 1979, 518). Essa proporção é maior do que a observada em algumas regiões fortemente importadoras, e reforça a hipótese de que a cidade importava africanos nessa época.

Em todas as sociedades escravistas da América, a taxa de mortalidade dos africanos era brutalmente alta, sobretudo nos seus primeiros anos em território americano, sendo muito maior que a taxa de mortalidade dos escravos crioulos.<sup>18</sup>

Por isso, a menos que houvesse importações muito intensas, era inexorável a ocorrên-

18 Joseph Miller estima que de todos os africanos que chegavam aos seus destinos finais no interior do sudeste brasileiro (depois de sobreviverem à captura no interior da África, à jornada até o litoral, à permanência nos barracões de entreposto na costa africana, à travessia do Atlântico, à permanência nos depósitos do Valongo, e à viagem até seu destino final), metade morria nos primeiros quatro anos em solo brasileiro (MILLER, 1988, 438-41). Fogel e Engerman afirmam que a taxa de mortalidade dos africanos nos primeiros dez anos nos Estados Unidos era três vezes maior que a taxa de mortalidade dos escravos nascidos em solo americano (FOGEL e ENGERMAN, 1974, II, 32). Para mais evidências sobre a altíssima mortalidade dos africanos "novos" e a sobremortalidade dos africanos em geral, no Caribe Britânico, em Saint Domingue, em Cuba e no Brasil, relatadas por contemporâneos e por historiadores, veja (MARTINS, 2016).

cia de um contínuo processo de "crioulização" da população cativa (redução da proporção de africanos e consequente aumento da proporção de nativos, ou crioulos). Esse processo poderia ocorrer com bastante rapidez mesmo diante de constantes importações.<sup>19</sup>

Assim, a permanência de um nível de "africanidade" alto como esse observado em Vila Rica é um indicador seguro de que esta sociedade continuava a receber escravos importados.

**Tabela 4 - Vila Rica: Distribuição etária da população escrava, por origem, 1804 (escravos com idade e origem conhecida)**

Idades	Escravos Brasileiros	Escravos Africanos	Escravos Total	% Brasileiros	% Africanos	% Total
00-09	313	19	332	25,0	1,6	13,8
10-19	277	98	375	22,1	8,5	15,6
20-29	296	293	589	23,6	25,4	24,5
30-39	189	241	430	15,1	20,9	17,9
40-49	96	241	337	7,7	20,9	14,0
50-59	46	128	174	3,7	11,1	7,2
60 +	36	132	168	2,9	11,5	7,0
Total	1.253	1.152	2.405	100,0	100,0	100,0

Fonte: Recenseamento de Vila Rica, 1804

A estrutura etária dos africanos indica que houve um decréscimo nessas importações no período imediatamente anterior ao recenseamento, mas que elas não foram interrompidas. Mais de 35% dos africanos tinha menos de 30 anos e, portanto, tinham sido importados nas duas últimas décadas (era extremamente raro importar escravos com menos de dez anos). Mas desses, pouco mais de um quarto tinha chegado ao Brasil nos últimos dez anos. Considerando a altíssima

19 O caso da Jamaica, para o qual existem bons dados estatísticos, ilustra bem esse processo. Em 1750, 78% dos escravos da colônia eram africanos. Entre essa data e a abolição do tráfico no Império Britânico, em 1807, foram importados 673 mil africanos, ou cerca de 11,8 mil por ano, em média. Apesar disso, a proporção de africanos caiu para 45%. Depois do final do tráfico, obviamente a porcentagem continuou caindo, e atingiu 25% em 1832, dois anos antes da abolição da escravidão. (CRATON, 1975, 284; HIGMAN, 1976, 75-78); www.slavevoyages.org . The Trans-Atlantic Slave Trade Database.

taxa de mortalidade dos africanos no período do seasoning (veja a nota 18) pode-se especular que Vila Rica havia importado mais de duas centenas de novos cativos africanos nos dez anos anteriores ao censo, dos quais os 117 indivíduos recenseados com 19 anos ou menos seriam os sobreviventes.

Um grande número de nações e etnias africanas (angola, xambá, nagô, benguela, cabinda, congo, rebolo, mina, cassange, cabundá, mofumbe, ganguela, quissamã, camondongo, cabo verde e outras) estava presente nas escravarias da cidade, revelando, mais uma vez, intimidade da cidade com o tráfico atlântico.

Lembrando que a propriedade de escravos era um importante indício de riqueza, a alta proporção de cativos na população e a grande disseminação de sua posse sugerem um considerável nível de prosperidade, e uma não desprezível difusão dessa prosperidade por boa parte dos habitantes. A forte presença africana, a deformação da estrutura etária, e a alta razão de masculinidade denunciavam importações continuadas e relativamente recentes. Os proprietários de Vila Rica, assim como os do resto da capitania, não estavam liquidando seus plantéis cativos, como afirma a literatura decadentista.

A análise da estrutura ocupacional nos permite descartar, de imediato, outra tese que também se tornou corrente na literatura – a de que a única sustentação de Vila Rica, que lhe garantia um sopro de vida, vinha do fato de ser a capital e sede do governo da capitania.

Vila Rica atravessava em 1804 uma fase de estagnação. As lavras exaustas haviam reduzido grande parte da população a um estado muito próximo da miséria (...). Da famosa Idade do Ouro restavam, praticamente, os vestígios materiais nos morros esburacados e nos córregos sinuosos onde renitentes faiscadores teimavam em buscar recursos para sobrevivência.

Dava-lhe certo alento a circunstância de ser a capital administrativa da Capitania o que implicava na presença obrigatória de funcionários civis e militares com seu séquito de familiares e dependentes. (MATHIAS, 1969, IV)

Vila Rica de Ouro Preto, a capital da capitania e da comarca, reteve alguma importância como um centro comercial por causa de sua população burocrática e militar, e seu papel tradicional de entreposto regional do comércio de longa distância com Goiás e Mato Grosso. Mas muita gente abandonou a cidade e ruas inteiras estavam vazias nos anos 1810. (BROWN, 1986, 464-65)

Há várias razões para se imaginar que na Vila Rica de 1804 houvesse uma concentração de forças militares e um robusto aparelho burocrático, fiscal e policial. Ela era a capital de uma capitania de grande importância estratégica. Por sua posição central no continente não era vulnerável a inimigos externos, mas continha a maior população livre, a maior população escrava, e tinha sido, durante todo o século anterior, o principal manancial de riquezas do império português. O forte declínio na arrecadação dos quintos causava grande apreensão à coroa, que vivia assombrada pela paranoia de sonegações e descaminhos do ouro. Pouco tempo antes tinha sido o foco de uma tentativa de revolta que, embora malograda e pouco expressiva, gerara grande comoção na metrópole.

Entretanto, no censo podemos verificar que o aparato administrativo e militar sediado na cidade era surpreendentemente pequeno. O número total de funcionários, de todos os poderes e de todos os escalões, era apenas 81, dos quais 65 eram chefes de fogo, que representavam somente 3,9% desta categoria. Da mesma forma, era bem reduzida a presença dos militares. Eles eram 134, de todas as patentes, incluindo oficiais, suboficiais e soldados, (das tropas regulares e das milícias), dos quais 76 eram cabeças de fogo,

constituindo 4,5% desse grupo<sup>20</sup>.

Além de serem numericamente muito poucos, é importante registrar que apenas a “Tropa Paga, Regular ou de Primeira Linha, recebia soldo, fardamento, armamento, farinha, azeite, capim, cavalos e assistência hospitalar”. Os outros dois corpos, os “Auxiliares ou Milicianos”, e as “Ordenanças, Paisanos Armados ou Tropas Irregulares”, eram instâncias de segunda e terceira linha: seus membros eram civis, moradores comuns, livres e forros, que viviam ocupados com seus próprios afazeres e, com exceção dos oficiais superiores, não recebiam nenhum soldo – nem mesmo fardamento, armamento, alimentação ou montaria. Seriam, quando muito, o que hoje chamamos de militares da reserva. Mesmo no caso dos oficiais, “os postos de ordenanças e milícias acabavam por ser mais propriamente títulos de prestígio e promoção social do que propriamente cargos públicos”. (COTTA, 2002) Em nenhuma hipótese suas rendas e suas demandas poderiam ser atribuídas à sua condição de “militares”.

**Tabela 5- Vila Rica: Chefes de domicílio funcionários públicos e militares, por distrito, 1804**

Distritos	Fogos	Chefe Funcionário	Chefe Militar	% Chefe Funcionário	% Chefe Militar
Antônio Dias	273	23	28	8,4	10,3
Ouro Preto	537	34	40	6,3	7,4
Alto da Cruz	221	1	5	0,5	2,3
Cabeças	261	5	3	1,9	1,1
Padre Faria	132	0	0	0,0	0,0
Morro	247	2	0	0,8	0,0
Total	1.671	65	76	3,9	4,5

Fonte: Recenseamento de Vila Rica, 1804

<sup>20</sup> Nesse número estão incluídos vários músicos, além de outros indivíduos que tinham cargos nas corporações, como “secretário do regimento” ou “ajudante de cirurgia”, mas não eram militares. Usando critérios diferentes, Herculano Gomes Mathias encontrou apenas 99 militares, entre chefes e não chefes de fogos. (MATHIAS, 1969, IX).

É oportuno lembrar ainda que no Brasil colonial, ostentar uma patente não significava uma carreira militar. Em Vila Rica havia nesse ano 150 indivíduos com títulos de coronel, capitão, tenente, alferes, furriel e outros, que ganhavam a vida como funcionários, mineradores, comerciantes, alfaiates, sapateiros, seleiros, boticários, e até toucinheiro, cabelereiro e sacristão. O grande pintor sacro Manoel da Costa Ataíde, por exemplo, carregava a patente de alferes.

É óbvio que não era para atender à demanda apenas das famílias desse punhado de funcionários e militares que existiam, como veremos, quase 200 comerciantes, mais de 100 alfaiates, mais de 100 costureiras ou mais de 120 sapateiros.

Vila Rica sediava o poder executivo, o poder judiciário, a administração fazendária e o comando militar da capitania, mas não era, com certeza, apenas uma cidade burocrática, ou castrense – nem mesmo era sede do regimento de cavalaria que, desde 1779, ficava em Cachoeira do Campo, no quartel construído por D. Antônio

de Noronha. Era, pelo contrário, uma urbe complexa, multifuncional, viva e muito diversificada. Além da função administrativa ela tinha uma economia multi-setorial e oferecia serviços de saúde, educação, cultura, religião e outros.

Chamam a atenção a dimensão e a estrutura do setor comércio. Era alto o número de negociantes de fazenda seca, que lidavam com tecidos importados e outros produtos não comestíveis, como chapéus, artigos de louça e vidro, ferro, aço, cobre, chumbo e estanho, em

chapas, barras e em obras, remédios de botica, armas de fogo, etc., em geral em lojas de porte considerável. Pelo menos um deles, Manoel de Magalhães Gomes, era também negociante de “negros novos”, ou seja, importador de escravos recém-chegados da África.

Havia vários comerciantes de “molhados do Reino e da terra”, que vendiam alimentos e bebidas, muitas vezes importados e de luxo, como peixe salgado, queijos, presuntos e paíós, passas e figos, azeitonas, azeite doce, vinagre, vinhos, aguardente do Reino, cervejas e licores.

Várias lojas eram especializadas em um único artigo (tabaco, couros, açúcar, bestas, madeiras e outros), o que denota a existência de um mercado amplo. Havia dez negociantes que vendiam exclusivamente toucinho.

As vendas e botequins, que trabalhavam com “efeitos da terra”, eram 110. Seus proprietários eram muitas vezes mulheres, várias delas forras, e sua clientela era formada pela classe mais pobre. Eram locais de socialização de pobres livres, forros e escravos ou, na visão de um membro da elite, “tabernas fedorentas” que não tinham “outros mais sortimentos que não fossem os queijos, a cachaça e o negro fumo”. (GONZAGA, 1996, 829)

Considerando a hipótese extrema de que a clientela potencial das vendas fosse constituída pelos adultos (15 anos ou mais) de todos os sexos e condições, haveria uma venda para cada 56 clientes.

Os sete tropeiros “com tropa no caminho do Rio” nos lembram que Vila Rica reteve a função, que exercia desde o boom minerador, de entreposto do comércio de longa distância (com o Rio de Janeiro, o litoral, o vasto interior da capitania, e o Brasil central) e de centro de dis-

tribuição de escravos. Isso foi observado, pouco tempo depois, pelo inglês John Mawe<sup>21</sup> o primeiro estrangeiro autorizado a visitar Minas Gerais, que lá esteve em 1809:

Os tecidos de lã inglesa não eram caros; panos finos e pesados (...) eram tão baratos quanto na Inglaterra, [havia] estampados comuns de algodão (...) chapéus, lenços, casimiras e produtos baratos de Manchester em grande abundância. Parecia haver grande quantidade de mercadorias e produtos ingleses de todos os tipos, exceto louças, presuntos, cerveja e manteiga, que eram muito caros por causa dos riscos de transporte. [Os principais comerciantes] não nos encaravam como estranhos, pois muitos deles já haviam visto ingleses em seu frequente intercâmbio com o Rio de Janeiro. (MAWE, 1812, 168-69)

Alguns anos depois, em 1818, os cientistas bávaros Spix e Martius confirmaram e expandiram a observação de Mawe, descrevendo Vila Rica como um grande centro de coleta e de distribuição comercial, que polarizava uma vasta região.

Entre todas as cidades do interior do Brasil nenhuma tem comércio tão animado como Vila Rica. Daqui partem estradas para São Paulo, passando por São João del Rei; por Minas Novas para a Bahia; por São Romão, Tejuco e Malhada para Paracatu, Goiás e Mato Grosso; porém nenhuma é tão movimentada, com o vaivém de tropas, como a estrada que leva ao Rio de Janeiro, sede do governo, distante setenta léguas. Quase todas as semanas, ou cada mês do ano, seguem grandes caravanas carregadas com os produtos da região: algodão, couros, marmelada, queijos, pedras preciosas, barras de ouro, etc., para a capital, e voltam trazendo sal, vinho, chitas, panos, presun-

<sup>21</sup> Em seu livro Mawe afirma que Vila Rica perdera população, que havia muitas casas desertas e pessoas sem emprego, e que ficara surpreso com a “pobreza comparativa” da cidade, que conservava “apenas uma sombra de seu antigo esplendor”. Comerciantes locais lhe disseram Vila Rica deveria ter seu nome mudado, passando a chamar-se Vila Pobre. Mas seu relato é sóbrio e equilibrado, descrevendo a cidade como bonita e bem cuidada, com um sistema de distribuição de água nas residências e com jardins cheios de flores. Menciona seu animado comércio, o grande número de comerciantes e profissionais de ofícios, e o luxo das classes abastadas. Sua descrição é radicalmente diferente do texto de Oliveira Martins, que afirma ter se baseado nele. O livro teve várias edições e foi traduzido para o alemão, o francês, o italiano, o espanhol o russo, e o português, permanecendo como o principal formador de opinião sobre Minas Gerais na Europa durante algumas décadas.

tos, espelhos, artigos de ferro, novos escravos para a exploração das minas de ouro, etc. O comércio com o mais longínquo sertão, que vai até Goiás e Mato Grosso, não é tão extenso, de fato, como o de São Paulo e Bahia; entretanto, expande-se este até além do Rio São Francisco, por quase toda a capitania, e abastece-a não só com as mercadorias européias adquiridas no Rio de Janeiro, mas também com os produtos das imediações, como, por exemplo, os aqui fabricados: artigos de ferro, chapéus de feltro, louça de barro, queijo, milho, feijão, marmelada, carne de porco e toucinho; este é empregado em vez de manteiga e banha, e constitui grande artigo de comércio da província. (SPIX e MARTIUS, 1981, I, 205-06)

Além de várias profissões de colarinho-branco, o recenseamento registrou mais de quarenta ocupações manuais e mecânicas, que eram exercidas por mais de 700 artistas, artesãos, oficiais, mestres e trabalhadores não especializados. O número efetivo destes profissionais era certamente muito maior, pois eles eram muitas vezes escravos, e só foram registradas as ocupações dos cativos do distrito de Ouro Preto.<sup>22</sup>

Nos seis distritos urbanos cobertos pelo censo trabalhavam 86 costureiras, 97 alfaiates e 114 sapateiros. Se a clientela potencial dos alfaiates fosse constituída por todos os homens adultos (15 anos ou mais) livres teríamos, pelo menos, um alfaiate para cada 17 clientes. A quantidade de sapateiros (numa sociedade onde os escravos e os pobres andavam descalços), bem como as de ferreiros (40), de latoeiros (43), de carpinteiros (61) e de seleiros (10) é também surpreendente, e sugere que os mercados destes profissionais ultrapassavam os limites da cidade.

Além destes, e dos usuais marceneiros, pedreiros, serralheiros e fiadeiras, o mercado era amplo bastante para sustentar a oferta de serviços mais especializados, como, por exemplo, os

22 No distrito de Ouro Preto havia escravos que exerciam os ofícios de alfaiate, barbeiro, cabelereiro, carpinteiro, costureira, ferreiro, latoeiro, pedreiro, relojoeiro, sapateiro, seleiro e serralheiro. Nos demais distritos foram registradas as profissões de apenas dezessete dos 1.825 escravos existentes. Podemos ter absoluta certeza de que muitos deles também eram profissionais.

de dois fogueteiros, dois chupeteiros e um fundidor de sinos. Havia na cidade riqueza suficiente para demandar os trabalhos de sete cabelereiros, um carpinteiro de seges, dois cirigueiros e três relojoeiros, que eram, sem dúvida, especialidades de luxo.<sup>23</sup> Esse luxo também foi registrado por Mawe:

Nas festas vespertinas para as quais fui convidado (...), observei que predominava a moda inglesa, especialmente entre as senhoras. As casas das classes altas em Vila Rica são muito melhores e mais bem mobiliadas do que as que vi no Rio de Janeiro e em São Paulo e, na sua maioria, são mantidas em perfeita ordem. Seus leitos me pareceram tão elegantes que os considerei dignos de uma descrição mais detalhada (...). Sem excluir as últimas novidades nesta peça de mobília, nunca vi camas tão magníficas quanto as dos opulentos desta capitania.<sup>24</sup> (Mawe, 1812, 200)

É evidente que a economia de Vila Rica era completamente mercantilizada. Ninguém vive de cortar seu próprio cabelo ou de costurar para si mesmo. Não existe sapateiro ou carpinteiro de subsistência, e nenhum comerciante sobrevive sem clientes. Os ofícios, as lojas e as vendas arroladas no censo pressupõem a existência de um mercado, com consumidores e com renda suficiente para pagar pela grande variedade de bens e de serviços oferecidos, muitos dos quais sofisticados e até supérfluos.

O setor saúde também era bastante desenvolvido. A cidade tinha dois hospitais, (o Hospital Real Militar e a Santa Casa de Misericórdia) e os serviços de saúde eram prestados por cinco boticários, duas parteiras, três enfermeiros, nove cirurgiões e ajudantes de cirurgia, e pelo Dr. Tomás de Aquino Belo, de 79 anos, médico que já aparece em uma lista nominativa de 1769.

23 Seges não são carroças, mas carruagens fechadas, puxadas por dois cavalos, razoavelmente luxuosas. Segundo Bluteau, cirigueiro, sirigueiro ou sirgueiro, é um profissional que trabalha com seda ou lã, produzindo franjas, borlas e outros adereços para roupas de luxo ou uniformes militares. Pode ser também um chapeleiro ou vendedor de chapéus.

24 É interessante contrastar este trecho mais uma vez com a descrição de Oliveira Martins, acima.

**Tabela 6- Ocupações e profissões em Vila Rica, 1804, segundo o Recenseamento**

Ocupação	No.	Ocupação	No.
Entalhador	1	Doceira	1
Escultores	3	Padeiras	3
Pintores sacros	3	Quitadeiras e quitandeiros	35
Músicos	43	Cozinheiros e cozinheiras	10
Cerieiro	1	Boleiro	1
Chupeteiros	2	Criados (não inclui escravos domésticos)	2
Cirurgueiro	1	Lavadeiras	25
Esteireiro	1	Capineiros, lenheiros e carvoeiros	42
Fogueteiros	2	Carreiros	12
Pintores	6	Chacareiros, hortelões, lavradores e roceiros	(*)
Relojoeiros	3	Caixeiros de loja ou venda	18
Sirgueiro	1	Negociantes com estanque de tabaco	2
Carpinteiros	61	Negociantes de fazenda seca	19
Carpinteiro de seges	1	Negociantes de fazenda seca e molhados	2
Marceneiros	8	Negociante de fazenda seca e negros novos	1
Alfaiates	97	Negociantes de molhados do Reino e da terra	7
Costureiras	86	Negociantes com negócio de cortes	3
Sapateiros	114	Negociantes de toucinho	10
Sombreireiro	1	Negociantes de couros, açúcar, bestas, madeiras, etc.	13
Tintureiros	2	Negociantes com venda de efeitos da terra	110
Fiadeiras	25	Estalajadeiros	8
Rendeiras	3	Tropeiros com tropa no caminho do Rio	7
Tecedeiras	8	Boticários, enfermeiros, parteiras, cirurgiões e médico	22
Caldeiros	4	Faiscadores e faiscadeiras	142
Ferradores	8	Mineiros	47
Ferreiros	40	Jornaleiros ou alugados livres	4
Fundidor de sinos	1	Burocratas e administradores privados	11
Funileiro	1	Advogados, rúbulas, solicitadores e cobradores	26
Latoeiros	43	Livreiro (encadernador)	1
Serralheiros	4	Professores de primeiras letras	4
Torneiros	3	Feitores	6
Canteiro	1	Eclesiásticos (padres e sacristãos))	46
Oleiro	1	Funcionários públicos de todos os escalões	81
Pedreiros	26	Militares de todas as patentes exclusive músicos	118
Correieiro	1	Capitalistas (vive de rendas ou aluguéis)	9
Seleiros	10	Suas agências, sem negócio e ocupação não registrada	512
Barbeiros	9	Outras ocupações	8
Cabelereiros	7	Vive pobre e vive de esmolas (chefes de fogo)	172

Fonte: Recenseamento de Vila Rica, 1804

A Santa Casa de Misericórdia existia desde 1735, e o Hospital Real Militar de Vila Rica foi criado em 1781, só sendo precedido no Brasil por seu congênere da capital da colônia (1768), e antecedendo em vários anos os hospitais militares da Bahia (1799) e de São Paulo (c. 1802). Foi chefiado, desde sua fundação, pelo Cirurgião Mor do Regimento de Cavalaria Regular da Capitania de Minas Gerais, Antônio José Vieira de Carvalho. Entre outros serviços, Vieira de Carvalho traduziu o livro *Observações sobre as Enfermidades dos Negros*, do médico colonial francês Jean Barthélemy Dazille, tradução essa que foi publicada em Lisboa, em 1801, pela Tipografia do Arco do Cego<sup>25</sup> (CARVALHO, 1801). Isso lhe valeu a nomeação como Lente de Anatomia, Cirurgia e Operações, na primeira “Aula” desta matéria criada na colônia, por Carta Régia de 17 de junho do mesmo ano. Com essa função, o Hospital Real Militar de Vila Rica tornou-se um precursor dos hospitais-escola de hoje, muitos anos antes da institucionalização dos cursos de medicina.

Vila Rica era uma cidade, e como toda cidade, não produzia os alimentos que consumia. Tinha algumas atividades agrícolas, mas sua maior parte era restrita à horticultura.

É difícil determinar, nos registros do censo, exatamente quantas pessoas se ocupavam na produção de alimentos, porque tanto os chefes dos fogos registrados com atividades no setor (roceiro, chacareiro ou hortelão) quanto seus escravos, parentes ou agregados tinham, várias vezes, ocupações múltiplas. Assim, por exemplo, o Alferes Antônio Gonçalves, tinha uma chácara em Padre Faria, com onze escravos, mas eles se empregavam também em “conduzir água”. Ana Machado, do distrito de Ouro Preto, “vive de

25 Antônio José Vieira de Carvalho foi recenseado em 1804 no fogo 272, do distrito de Antônio Dias, como Cirurgião Mor. Possuía uma chácara em Saramenha e 19 escravos. Na relação dos donativos de 1804, comparece com uma vultosa doação de 200 mil-réis.

sua chácara e de padeira”, enquanto um de seus escravos, o africano João, de mais de 80 anos, “vive ocupado com sua velhice”. O Alferes Manoel Pinto Cardoso, de Antônio Dias, tinha dez escravos, mas declarava viver “de estalagem, roça e lavra”. Ou ainda o Doutor Tomás de Aquino Belo, médico e chacareiro no Ouro Preto, que possuía 18 escravos, mas eles se ocupavam na chácara e no serviço doméstico.

O censo registrou diferentes tipos de propriedades agrícolas, tais como roças, chácaras e hortas. Entre as roças havia propriedades de porte pequeno, médio, e pelo menos duas de grande porte, julgando pelo tamanho de suas escravarias. No distrito de Padre Faria, 23 mulheres africanas ou crioulas, algumas delas forras, e um homem preto, declararam ser “roceiros”. Nenhuma dessas pessoas possuía nenhum escravo e aparentemente, mas não necessariamente, produziam para consumo próprio. O Capitão José Marques Guimarães, “ocupado na Contadoria”, tinha uma propriedade rural pequena, com quatro escravos roceiros. O Reverendo José Vidal do Vale, pároco da freguesia do Pilar, possuía uma roça, com 12 escravos, na Aplicação da Capela de Santa Quitéria da Boa Vista, filial de sua paróquia. O Capitão Jerônimo Fernandes da Silva Macedo se declarou “lavrador” e mantinha 28 escravos em sua propriedade nas Cabeças. Entre os chefes de fogo identificados como agricultores, a maior escravaria era a do Capitão Francisco Caetano Ribeiro, morador no Alto da Cruz. Ele declarou ao recenseamento que “vive de sua roça”, mas os seus 62 escravos “roceiros” estavam na fazenda da Piedade (termo de Mariana) e no distrito de Itatiaia.

Espalhadas pelos diversos distritos havia várias chácaras, de diferentes dimensões. A maioria delas tinha escravos, e iam desde a do Alferes Antônio Inácio da Silveira, que “vive com sua chacrinha” e seus três africanos, até algumas

bem grandes, como as do Cirurgião Mor Antônio José Vieira de Carvalho, com 12 escravos em Saramenha, a de Domingos de Castro Novais, com 16 escravos, nas Cabeças, a de Dona Clara Maria de Castro, com 17 escravos, em Antônio Dias, e a do Doutor Tomás de Aquino Belo, com 18 cativos, no distrito de Ouro Preto. Pelo tamanho de suas forças de trabalho, fica claro que a produção dessas chácaras se destinava ao mercado, e não apenas para o consumo de seus proprietários e suas famílias.

Dois outros produtores urbanos de alimentos se apresentaram ao censo como “hortelões”. Um deles, Nicolau Pacheco, “vive de Hortelão” e tinha um único escravo, “Francisco Monjolo, ocupado no mesmo ministério de horta”. O outro era claramente um produtor comercial: era o Tenente João Nepomuceno Simões, “ocupado na Contadoria” e com oito escravos, “todos ocupados na horta”.

Além disso, havia os quintais que, segundo José Newton Coelho Meneses, eram uma presença ubíqua nas cidades mineiras setecentistas.

Quintais são, em síntese, pequenas quintas. Assim os definem os dicionários antigos e contemporâneos. Eles se constroem atrás das casas e se prestam, ao primeiro olhar, para suprir as demandas alimentares do domicílio e da vizinhança. São, como mencionamos, parte das moradas. (...) os quintais são espaços de cultivo, de criação, de fazeres e de sociabilidades. Harmonizam-se aí, canteiros de hortaliças, pomar de frutas (de espinho, mucilaginosas, goiabeiras, bananeiras), produção de ervas medicinais, especiarias para temperos e conservação dos alimentos, espaço para cucurbitáceas (abóboras e morangas), criação de porcos e de aves para o consumo domiciliar e pequeno comércio do excedente. (MENESES, 2012, 6)

De acordo com Sylvio de Vasconcellos:

Nos arrabaldes dispõem as residências de grandes terrenos, que são aproveitados para chácaras, pequenas lavouras ou pastos, que na periferia da po-

voação, já com testadas em arruamentos, se tornam menores, mas permitidas ainda, não só pelo afastamento das construções como pela ausência de ruas paralelas às testadas, que limitassem suas profundidades. Para a sua mais fácil utilização, corrigindo a acidentada topografia local, prateleiras sucessivas são obtidas por meio de cortes e aterros, sustentados por fortes muros de pedra, vencidos por escadarias a eles encostadas ou neles entaladas (...). Tanto os jardins como as hortas e os pomares domésticos que suprem as deficiências do comércio local cultivam não só as espécies nativas como as alienígenas (...). (VASCONCELLOS, 1956, 153-55)

Os jardins de Vila Rica, plantados em terraços por causa do terreno acidentado, pareceram a Mawe, “o próprio reino de Flora”, pois nunca tinha visto antes “tal profusão de flores delicadas”. E tinham também “excelentes vegetais, tais como alcachofras, aspargos, espinafres, repolhos, feijões e batatas”, além de várias frutas nativas e pêssegos. (MAWE, 1812, 167-68)

Conforme uma memória escrita em 1788, pelo geógrafo José Joaquim da Rocha, a produção dessas chácaras, hortas e quintais era suficiente para abastecer Vila Rica de hortaliças, legumes e frutas.

A situação desta terra é bastante desagradável, não só pela arquitetura das casas, mas ainda pelo elevado de suas ruas, que fatigam todos aqueles que as passeiam, porém é abundante de todos os víveres necessários para passar a vida, e as terras produzem muita hortaliça, como couves, repolhos, alfaces e cebolas, que fertilizam todas as Minas, por falta de produção delas nas mais partes. As frutas têm igual produção e se dão com abundância, principalmente os pêssegos, marmelos, limas, limões, laranjas e juazes.<sup>26</sup> (ROCHA, 1995, 105)

26 A Geografia Histórica, a Descrição Geográfica, e a Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. são diferentes versões de um mesmo trabalho. A Geografia Histórica foi concluída em 1780, a Descrição Geográfica foi escrita em 1781-83 e a Memória Histórica foi concluída em 1788. Em 1809, John Mawe teve uma percepção diferente do abastecimento da cidade. Em flagrante contradição com sua observação anterior, afirma que: “O mercado de Vila Rica era mal abastecido, apesar

Entretanto, em termos de alimentos básicos, como milho, feijão, arroz, farinhas e toucinho, a cidade não se bastava, sendo suprida por um animado comércio com seus distritos rurais, outros termos e outras comarcas.

(...) esta comarca é de pouca extensão e por isso falta de víveres, ainda que os seus habitantes não a experimentam, por concorrerem das mais comarcas, todos os dias, imensidade de tropas carregadas de mantimentos, como toucinhos, queijos, farinha, arroz, milho e feijão, de que se utilizam os moradores de Vila Rica e mais povoações da sua Comarca.

O termo de Mariana e a Comarca do Rio das Mortes concorrem com mais abundância para esta e para as mais terras que têm falta de todos os víveres, por serem abundantes os matos nos quais os seus comarcãos fazem roças para plantarem toda a qualidade de planta necessária para a sua sustentação e ainda para venderem, que ordinariamente não passam os seus preços de 450 réis a farinha de milho, a de mandioca, 600 réis, feijão, 450 réis, arroz, 900 réis o alqueire, toucinho a 1.800 réis a arroba, queijos a 1.200 réis a dúzia, os quais somente se fabricam na Comarca do Rio das Mortes.<sup>27</sup> (ROCHA, 1995, 105)

Além destes produtos, como indicado pela presença de várias lojas de “molhados do Reino e da terra”, a cidade também importava da Europa, via Rio de Janeiro, alimentos e bebidas de luxo, como azeite de oliva, azeitonas, vinagre, bacalhau, farinha de trigo, queijo do Reino, presuntos e paíes, passas e figos, aguardente do Reino, vinhos, cervejas e licores.

Como qualquer área urbana, Vila Rica participava de uma divisão de trabalho, através da qual recebia comida e outros produtos rurais, oferecendo em troca serviços administrativos, de justiça, de saúde, de cultura e entretenimento, e de comércio, além dos produtos de seus oficiais e artífices. Não houve, pelo menos a partir da segunda metade do século XVIII, nenhuma

*da fertilidade do território em torno. Legumes e verduras eram muito escassos” (no original: pulse and vegetables). (MAWE, 1812, 168)*

*27 O texto de Rocha também indica que Vila Rica era um empório comercial de mantimentos para outras localidades.*

crise ou período de desabastecimento, escassez, e muito menos de fome, na cidade (e em toda Minas Gerais). Todas as fontes apontam, pelo contrário, para um cenário de abundância e preços de alimentos estáveis.

Na segunda metade do século XVIII, graças ao fluxo de alimentos provenientes de outras regiões e à própria estruturação dos setores produtivos locais, os preços da maior parte dos gêneros de primeira necessidade no mercado de Vila Rica estabilizaram-se, a ponto de não haver quase nenhuma variação importante durante todo o período. Em 1751, parecia haver já uma relativa abundância de víveres naquele mercado, pois nele iam se abastecer os moradores do termo de Mariana. (SILVA, 2008, 239)

A mineração, que foi a origem de tudo, não desaparecera, mas estava muito combalida. Os 47 mineiros distribuídos por todos os distritos, com exceção de Ouro Preto, empregavam pouco mais de 300 escravos. Seus plantéis eram, em geral, pequenos e muito desiguais: dezessete mineradores não possuíam nenhum cativo, apenas quatro possuíam mais de dez, e somente um, o famoso Coronel José Veloso Carmo, minerava com uma “fábrica” de 126 escravos. A “lavra do Veloso” é frequentemente mencionada nos relatos dos viajantes, e os “mundéus do Veloso” podem ser vistos até hoje nas Cabeças.

No afã de demonstrar a derrocada da economia de Minas Gerais, um dos argumentos prediletos dos decadentistas é o de que os antigos mineradores foram progressivamente perdendo substância até se transformarem em pobres faiscadores que lutavam para arrancar, na gandaia, sua sobrevivência. Celso Furtado, o mais radical dos apocalípticos, afirmou que “as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando. A reposição da mão de obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples faiscadores”. (FURTADO, 1967, 91)

A faiscação parecia ser, de fato, uma atividade de subsistência, mas o perfil dos faiscadores sugere que eles não eram mineiros decaídos, e sim gente originária das classes mais pobres, com uma grande maioria de africanos, crioulos, pardos e pretos. Entre os 109 homens, vários eram escravos em fogos cujos chefes não eram ocupados na mineração, ou eram quartados ou forros. Muitos eram agregados em domicílios também não ligados à atividade minerária, e outros eram filhos de cabeças de fogo forros, pobres e muito pobres. O maior número era formado por chefes de fogo crioulos, pardos ou pretos que não possuíam nenhum escravo. Quase nenhum deles tinha um perfil compatível com aquele que se costuma atribuir aos grandes ou mesmo aos médios mineradores do passado.<sup>28</sup>

Quase todas as 33 mulheres arroladas na faiscação eram de origem africana. Havia algumas forras das nações benguela, angola e mina, ao lado de um numeroso grupo de crioulas e pretas. Várias eram muito idosas, como por exemplo, Vitória crioula (75), Arcanja crioula (77), Rita preta (77) e Domingas preta (77), que pelejavam no distrito do Morro.

Pessoas como essas viviam provavelmente no limite da subsistência, mas tinham ocupação, trabalhavam, e não eram completamente desvalidas. Para os indivíduos em situação de extrema miséria, o censo reserva expressões como “vive pobre”, “muito pobre”, “vive de pedir esmolas” e outras equivalentes, todas significando pobreza extrema ou indigência. Nesta categoria foram enquadrados 172 chefes de fogo.

Na Vila Rica de 1804, como no Brasil de hoje, a pobreza extrema não era color blind, pois

28 Segundo a amostra estudada por Flávia Maria da Mata Reis, 95,6% dos empresários mineradores do século dezoito eram homens, e quase 70% eram de origem portuguesa. “A população de cor e a nascida no Brasil (fosse ela branca, negra ou mestiça) também tinham acesso à mineração”, mas eram minoritárias. A quase totalidade dos indivíduos de sua amostra era livre, e só duas mulheres (2,9% do total) eram forras. (REIS, 2007)

dentre os indigentes cuja raça foi registrada, 127 (88%) eram africanos ou seus descendentes (pretos, crioulos e pardos), contra apenas 18 brancos (12%).

Também não é surpresa que o sexo fosse outra característica definidora do perfil dos domicílios pobres, 79% dos quais eram chefiados por mulheres. Dentre as chefes de fogo pobres cuja raça foi registrada 94% eram africanas ou afro-brasileiras.

Um terceiro fator era a idade: 64% dos chefes pobres tinham mais de 50 anos. A velhice podia ser trágica mesmo para gente famosa, como o compositor Jerônimo de Souza Lobo, que aos 83 anos, vivia pobre, em um fogo com mais oito agregados forros, todos pobres. Esse fator era especialmente importante na pobreza extrema dos brancos, mulheres e homens, mas principalmente dos últimos. Oito dos 11 chefes brancos do sexo masculino nessa categoria tinham 70 anos ou mais, e somente um, Veríssimo Pereira dos Santos, que era cego, tinha menos de 50. Grande parte dos chefes de fogo pobres do sexo feminino também era constituída por pessoas idosas ou muito idosas, pelos padrões da época: mais de 40% tinham mais de 60 anos, e mais de 20% tinham mais de 70.<sup>29</sup>

Vários indigentes eram ex-escravos que haviam sido simplesmente descartados por seus donos, como Manoel do Carmo, angola, de 100 anos; Ana Maria Antunes, preta mina, de 90 anos, que “vive só”; Zacarias preto angola forro de 80, ou Andresa mina, cega, de 86 anos. Cegueira, aleijão, loucura e doença eram causas mais igualitárias de pobreza, atingindo pretos e brancos, idosos e jovens, como por exemplo, Antônio Francisco, branco, cego, 88 anos; José Caetano, pardo, aleijado de 40; Simplício, crioulo, solteiro. 29 Em torno do ano 1800, a esperança de vida ao nascer de uma mulher inglesa era de 30 anos. Meio século depois, em 1850, essa expectativa era de 43 anos para uma mulher branca nos Estados Unidos. (SMITH, 2008, II, 38; EVANS JR., 1962, 212).

ro de 35, que “vive de esmolas por ser doente”; ou Ana Maria de Freitas, “mulher louca” de 76 anos. A viuvez também poderia condenar à miséria, sem respeitar idade ou raça. Viviam igualmente de esmolas Maria da Costa Silva, branca, viúva, de 70 anos; e Joana Roiz da Silva, parda, viúva, com 32 anos e três filhos pequenos.

Outro tipo de indigência registrado pelo censo era constituído por mulheres abandonadas com filhos, que viviam “ausentes” de seus maridos, ou que eram mães solteiras, como, por exemplo, Anastácia Maria Antônia, parda, solteira, de 35 anos com dois filhos pequenos, ou como a moradora nas Cabeças, crioula, solteira, de 36 anos, que tinha nove filhos e se chamava – benza Deus! – Ana Felizarda.

Os “mendigos” de Vila Rica não moravam em “palácios carunchosos”. Muitos pobres moravam de aluguel, e o censo registra apenas uma, Luzia Felícia, preta mina, solteira de 16 anos, morando numa “casa de capim”.

Os exemplos citados são pungentes, mas não podem ocultar o fato de que a pobreza extrema registrada por este inquérito era pequena comparada com a população total da cidade. É impossível determinar qual o critério usado pelos recenseadores (ou mesmo se tiveram critérios objetivos e uniformes) para a inclusão de um chefe de fogo nesta categoria. Medições de pobreza são até hoje extremamente polêmicas e, mesmo entre especialistas, ninguém concorda com a “linha de pobreza” do outro.

Não temos meios de avaliar qual era o padrão de vida material de muitas famílias cujos chefes não foram incluídos no grupo situado “abaixo da linha”, mas, tomando a classificação dos agentes censitários por seu valor de face, temos de concluir que os domicílios cujos chefes viviam em extrema pobreza constituíam apenas

10,3% do total dos 1.671 fogos arrolados, um índice muito reduzido. Com as hipóteses adicionais de que todos os moradores livres dos domicílios chefiados por pobres fossem também pobres, que não houvesse livres pobres nos domicílios chefiados por não-pobres, e que os fogos com chefes pobres e não-pobres tivessem a mesma média de moradores livres, chegamos à estimativa de 624 como o número total de pessoas livres indigentes em Vila Rica.

Por seus atributos pessoais – por serem mulheres, africanas, ex-escravas, idosas, doentes, viúvas ou vivendo sós; crioulas forras ou livres, mães solteiras com filhos pequenos, homens pretos ou pardos idosos, aleijados, ou por várias outras combinações dessas características – a maior parte das pessoas classificadas como pobres pelo recenseamento teria grande probabilidade de ser pobre em qualquer parte da colônia, em qualquer lugar nos sistemas coloniais da época, ou até mesmo no Brasil de hoje.<sup>30</sup> Decididamente, a pobreza desses indivíduos não pode ser atribuída a um suposto colapso ou decadência econômica da cidade ou da região em que viviam.

Seja como for, pode-se afirmar com segurança que o panorama socioeconômico de Vila Rica estava muito distante do cenário de miséria generalizada descrito por alguns visitantes europeus, que certamente utilizavam outros gabaritos<sup>31</sup>, ou por alguns historiadores poucos afeitos à crítica das fontes.

## Riqueza material e riqueza cultural

Existe uma forte correlação entre a pros-

<sup>30</sup> Não incorro em anacronismo ao fazer esta afirmação. Tenho plena consciência de que pobreza e riqueza são conceitos e padrões social, cultural e historicamente referenciados. A métrica da pobreza pode ter mudado com o tempo, mas no Brasil o perfil dos pobres pouco se alterou nos dois últimos séculos.

<sup>31</sup> Veja adiante alguns comentários sobre prováveis vieses nas percepções de visitantes europeus por suas decepções com fantasias e expectativas frustradas.

peridade econômica e o desenvolvimento das letras e das artes. Na maré montante da produção de ouro, Vila Rica já era um polo cultural importante na colônia, mas foi exatamente no final do século XVIII que seu desenvolvimento nesta área atingiu o apogeu.

Em 1770 foi inaugurada a Casa de Ópera, com 400 lugares, construída pelo contratador de impostos João de Souza Lisboa, com o apoio do governador José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches, conde de Valadares (1768-1773), e de seu secretário Cláudio Manoel da Costa. O teatro mantinha uma movimentada programação de óperas, música, peças teatrais e poesia dramatizada e ali, pela primeira vez no Brasil, os papéis femininos foram representados por mulheres e não por falsetistas travestidos. No início do século XIX continuava com intensa atividade, reunindo grandes artistas brasileiros e estrangeiros. Só em 1811 foram apresentadas 45 peças.

No último quartel do século XVIII Vila Rica era um dos principais centros de criação literária no Brasil. O simpático governador D. Rodrigo José de Menezes (1780-1782) e sua mulher, Dona Maria José Ferreira de Eça e Bourbon abriam sua casa para a elite da capitania, da qual participavam Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e vários outros poetas e intelectuais, em animados saraus de poesia e de “conversa deleitosa”, que tanta saudade deixaram no autor das Cartas Chilenas. Foi tão importante a produção da capital de Minas nessa época, que os estudiosos da literatura brasileira consideram que ela configura uma escola literária, uma Arcádia, em pleno Brasil central<sup>32</sup>.

A existência de um livreiro encadernador indica, com certeza, a presença de livros. Os autos de sequestro dos bens dos inconfidentes, por

32 Veja-se sobre isso PROENÇA FILHO, 1996, os belos ensaios que acompanham esta edição, e também ALCIDES, 2003.

exemplo, revelaram bibliotecas bastante sofisticadas para a época. Em Vila Rica foi feito um dos primeiros ensaios de tipografia na colônia, com a impressão do Canto Encomiástico, panegírico escrito para o Governador Ataíde e Melo por Diogo Pereira de Vasconcelos, e impresso por Viegas de Menezes em 1806, antes da instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro.

Minas Gerais foi a primeira região das Américas onde surgiu uma classe de músicos urbanos profissionais. Eram principalmente homens pardos que, através de sua arte e da filiação às irmandades leigas, atingiram boa posição social. Alguns eram razoavelmente abastados, possuindo alguns escravos, casas de morada, roças e até, pelo menos em um caso, lavras de mineração de ouro. (PRECIOSO, 2009) Muitas vezes se alistavam em corporações militares porque os rendimentos da carreira independente nem sempre eram suficientes ou estáveis, ou ainda pela distinção conferida pela patente.

“Em 1780, dada a efervescência da atividade musical, havia mais músicos em Minas Gerais do que em Portugal inteiro”<sup>33</sup>(CASTAGNA e COELHO, 2011) e muitos deles moravam e trabalhavam em Vila Rica.

Em 1804 foram recenseados 43 músicos profissionais, entre civis e militares. Entre eles se encontravam importantes compositores barrocos<sup>34</sup>, como Francisco Gomes da Rocha (50

33 A afirmação original é de José João Teixeira Coelho, na sua Instrução para o Governo da Capitania, de 1780. Seu texto exato é: “Aqueles mulatos que não se fazem absolutamente ociosos se empregam no exercício de músicos, os quais são tantos na Capitania de Minas que, certamente excedem o número dos que há em todo o Reino”. (TEIXEIRA COELHO, 1994, 255)

34 A classificação da música sacra mineira do século XVIII é envolta em animada controvérsia. Curt Lange, que inicialmente a classificara como barroca, repudiou essa classificação, que foi depois reabilitada por alguns autores e rechaçada por outros. Entre esses, Precioso cita Otto Maria Carpeaux: “Habitualmente fala-se em ‘música mineira barroca’. O termo é inexacto. O estilo das obras em causa é o da música sacra italianizante de Haydn, do qual também se executavam em Minas os quartetos de cordas; os compositores mineiros certamente ignoravam a arte barroca de Bach e Handel; mas descobrem-se neles resíduos do estilo de Pergolesi, além de uma indubitável originalidade brasileira na melodia e até na harmonia”. (PRECIOSO, 2009, 2-3). Por mais fascinante que seja esta porfia, ela pouco importa para o problema aqui

anos, timbaleiro da Tropa de Linha); Marcos Coelho Neto, pai (58 anos, trombeta do Primeiro Regimento de Milícias); Marcos Coelho Neto, filho (28 anos, timbaleiro do mesmo regimento); Florêncio José Ferreira Coutinho (53, trombeta do Regimento de Linha), Francisco Leite Esquerdo (47, trombeta do Regimento de Linha), Gabriel de Castro Lobo (41, trombeta do Regimento de Linha), e Jerônimo de Souza Lobo, de 83 anos, compositor e antigo organista da Matriz do Pilar que, como anotado acima, estava reduzido à pobreza. O mais famoso dos compositores mineiros da época colonial, José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, era do Serro, mas em 1800 mudou-se para Vila Rica, onde morou por algum tempo e foi mestre de capela da Matriz do Pilar e regente do coro da igreja do Carmo.

Vila Rica era um local de convergência de músicos por que lá estava estabelecido o maior mercado musical da capitania, e um dos maiores do Brasil. No final do século XVIII e início do XIX este setor estava em plena atividade, contratando compositores, regentes, músicos, cantores, orquestras e outras formações menores, que executavam tanto a produção local quanto músicas européias. O governo e a câmara encomendavam trabalhos para festas cívicas; as irmandades e as ordens terceiras pagavam aos músicos para compor obras inéditas e para tocá-las nas missas, ladainhas, novenas e nos grandes eventos do calendário religioso. Várias das principais peças do barroco brasileiro como, por exemplo, Maria Mater Gratiae e a Ladainha de Nossa Senhora, de Marcos Coelho Neto filho, foram compostas nessa época, em Vila Rica. Embora seja menos documentada e menos estudada que a produção de música sacra, hoje se sabe que também se produzia muita música profana, que era tocada na Casa de Ópera (que tinha seu próprio corpo musical) em outros lugares públicos e

discutido. Seguidores de Haydn ou de Bach, o que se produzia e se executava em Minas e em Vila Rica era música erudita de alta qualidade.

em residências<sup>35</sup>.

Um estudo de Antônio Campos apresenta um pequeno panorama da música profana que era composta e/ou executada nesse período na capital de Minas, e mostra que, assim como os poetas, os músicos também produziam peças encomiásticas:

Uma ideia da música apresentada em Vila Rica ao final do século XVIII nos fornece o inventário musical do músico e compositor Florêncio José Ferreira Coutinho (1750-1819). O inventário possuía três divisões: “Árias Italianas”, “Música Portuguesa” e “Grades por Florêncio José Ferreira”. Na de “Música Portuguesa”, figuravam obras de compositores portugueses e mineiros (pois os nascidos no Brasil eram considerados portugueses), entre os quais Ignácio Parreiras Neves, José Joaquim Emerico (Lobo de Mesquita), e ele próprio. As “Grades por Florêncio José Ferreira” eram compostas por 73 obras religiosas, 35 marchas militares e 149 “Pedaços de Música”, sendo estes os mais interessantes para o assunto que tratamos.

Entre os “Pedaços”, algumas obras-primas da bajulação política, como “Os Dois Meneses” (governadores de Minas), “Nobre Assembleia” e “Das três nações”. O restante era constituído por “modinhas”, que na época faziam mais sucesso na Europa que a bossa-nova atual. Entre os títulos: Querida Aspásia; O Menino Quer Namar; Oráculo do Amor; Se Queres Vida Folgada; Não Me Deixes, Ingrata; Ah! Que Lindas Cadelinhas; O Veneno Hei Bebido, e Ao Rogo e Pranto Teu (sem violinos), sugerindo que era comum que fossem acompanhadas por este instrumento.<sup>36</sup> (CAMPOS, 2011)

Também foram recensados em 1804, um entalhador, três escultores (um dos quais,

<sup>35</sup> Veja-se sobre este assunto (CASTAGNA, s/d; e VIANA, 2012). Segundo Fábio Henrique Viana existia todo um sistema de encomendas, de produção e de execução de música sacra, além de grande e variada produção de música profana.

<sup>36</sup> Nesse artigo o autor apresenta também esboços biográficos e extensa listagem das obras de música sacra de vários compositores mineiros do período colonial.

Manoel Francisco Lisboa, era filho do Aleijadinho) e os pintores sacros Manoel da Costa Ataíde, Manoel Ribeiro Rosa e José Gervásio de Souza Lobo<sup>37</sup>. Certamente havia vários outros arquitetos e artistas não identificados no censo por suas ocupações, pois prosseguiram nessa época os trabalhos de complementação e decoração interna de diversas igrejas, como as de N. S. do Rosário e N. S. do Carmo, e também de construção, como a de São Francisco de Paula, iniciada em 1804. São ainda desse período, uma extensa reforma na Matriz do Pilar (1781), o início das obras da Casa de Câmara e Cadeia (1785) e a reconstrução de seu largo, empreitada com José Ribeiro Carvalhais em 1797, que constitui ainda hoje o espaço cívico mais importante da cidade (Praça Tiradentes).

Foram arrolados outros intelectuais notáveis, como José Joaquim Viegas de Menezes, fundador da imprensa em Minas Gerais, com o jornal *Compilador Mineiro*, de 1823, e Diogo Ribeiro Pereira de Vasconcelos, escritor e historiador, pai do grande estadista do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, registrado no censo com nove anos de idade. E ainda o Reverendo Dr. Joaquim Veloso de Miranda, secretário do governo da capitania, e nome de destaque na scientia amabilis no Brasil. Era doutor pela Universidade de Coimbra, onde foi também professor. Foi membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, autor de importantes trabalhos botânicos e responsável pela implantação e funcionamento do Horto Botânico de Vila Rica, criado por ordem régia em 1799. O já mencionado cirurgião-mor Antônio José Vieira de Carvalho, era tradutor de um compêndio de medicina e professor de anatomia e cirurgia; e o velho e culto Doutor Tomás de Aquino Belo era formado em Coimbra

37 Segundo Adalgisa Arantes Campos, José Gervásio de Souza Lobo é o indivíduo que aparece no censo, como “Capitão José Gervásio”, morador no distrito de Ouro Preto, 46 anos, pintor (p. 93 da publicação do Arquivo Nacional). (CAMPOS, 2012). No mesmo recenseamento há também um “Furriel Gervásio de Souza Lobo”, morador nas Cabeças, militar, branco, solteiro, com 65 anos e três escravos (p. 178).

em 1748, e tradutor do poema épico *Henriade*, de Voltaire<sup>38</sup>. Na última década do século dezoito também residia e estava em atividade na cidade o famoso cartógrafo, estatístico e autor de memórias notáveis sobre Minas Gerais, José Joaquim da Rocha, que não aparece no censo, por ter falecido em 1804, antes de sua realização.

Algumas atividades, como os saraus literários, eram privadas e exclusivas de uma pequena elite, mas várias outras, como os eventos teatrais e, sobretudo, a música de alta qualidade tocada nas igrejas, eram públicas e usufruídas pela população. A facie cultural e artística de Vila Rica nessa época não era, definitivamente, a de uma sociedade em ruínas.

## O Donativo Voluntário de 1804

Em Carta Régia enviada ao governador de Minas Gerais, D. Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, em 6 de abril de 1804, o Príncipe Regente D. João confessava que, diante da “geral e prolongada perturbação de toda a Europa”, a coroa não estava conseguindo fazer face “às despesas exorbitantíssimas” que o momento exigia, sendo, portanto, “forçado a procurar novos recursos”. Consciente da “fidelidade e zelo” de seus súditos coloniais, “que em todas as crises da nação puseram sempre à disposição do seu Soberano suas vidas e fazendas”, considerava indelicado “exigir por ordens positivas aquilo mesmo que por livre arbítrio têm constantemente praticado”.

Por esta razão, encarregou o governador de convocar “as pessoas competentes dessa Capitania”, para lhes dar ciência dos problemas, de modo que pudessem ajudar “espontaneamente com o que lhes for possível contribuir”. Para não se sentirem envergonhados de doar “aquilo que couber nas suas privativas faculdades, conviria

38 Segundo José Ferreira Carrato, é a ele que se refere Gonzaga nas *Cartas Chilenas*, quando diz: “Há nesta terra um homem sábio/e o único doutor em medicina...” (CARRATO, 1967, 207-08).

talvez pôr limite à sua generosidade e estabelecer por tarifa (...) seiscentos réis por cabeça de cada escravo”. Para que ninguém sofresse vexações ordenava “positivamente que esta voluntária contribuição não haja de ter lugar senão por esta vez somente, e que vos limiteis, em todo o caso a aceitar o que cada um quiser livremente oferecer”. Recomendava, a título de incentivo, “que havendo quem se distinga sobre este objeto, Me deis conta em particular, para que o haja de atender e remunerar com despachos honoríficos”. (APM. SC-294, 14)

Assim, além de estabelecer uma nova capitação de 600 réis por escravo, a carta régia convocava novamente os mineiros, que já tinham socorrido a coroa, através de subsídios “voluntários”, na reconstrução de Lisboa após o “terramoto” de 1755, na construção do Palácio da Ajuda, depois do incêndio da Real Barraca em 1794, e em vários outros apertos, a fazer novos donativos, agora para enfrentar a crise financeira causada pelas guerras napoleônicas, acenando com recompensas em mercês e títulos honoríficos.

D. Pedro Maria pôs mãos à obra e, apesar do “suposto estado decadente do país”, em menos de um ano arrecadou contribuições no valor de 252 contos de réis, como nos informa, em depoimento de 1807, o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, alto funcionário do governo da capitania e testemunha ocular dos fatos.<sup>39</sup> (VASCONCELOS, 1994, 114-15) Essas doações, remetidas para Portugal em barras de ouro, ouro em pó e em moedas, são equivalentes a quase seis anos dos donativos, também “voluntários”, enviados pelas câmaras da capitania de Minas para a reconstrução de Lisboa, depois do terremoto.<sup>40</sup> (TEIXEIRA COELHO, 1994, 223)

<sup>39</sup> Veja também: (BIBLIOTECA NACIONAL, 1986) e (ANÔNIMO, 1866, 54).

<sup>40</sup> Teixeira Coelho apresenta o “Cálculo das remessas que se fizeram para a Corte do subsídio voluntário oferecido pelas Câmaras da Capitania de Minas Gerais para a reedificação da cidade de Lisboa, em

É interessante registrar que, tendo recebido a mesma comunicação, o governador da capitania de São Paulo, Antônio José de Franca e Horta, explicou que não iria cobrar a taxa sobre os escravos porque a escravatura em São Paulo era muito diminuta (...) Não havia na capitania “minas permanentes, nem a posse de escravos estava “na razão direta dos haveres de cada um”. Franca e Horta organizou algumas cobranças, mas esquivou-se do compromisso, alegando “as poucas forças dos seus habitantes pela estreiteza do seu comércio e atraso da agricultura”. (SILVA, 2005, 258-59).

Algumas listas de pessoas que fizeram estes donativos sobreviveram até os nossos dias e encontram-se preservadas no Arquivo Público Mineiro. Os registros localizados até o presente são claramente incompletos, cobrindo apenas parte do valor total arrecadado, mas oferecem uma excelente amostra dos doadores. Os códices 2202 e 2203 incluem alguns registros para Sabará e outros termos, mas concentram-se na comarca de Vila Rica. Há um número considerável de registros para a Cidade Mariana e alguns distritos de seu termo, como Inficionado, Catas Altas e Passagem, porém para outros, como Guarapiranga, Antônio Pereira e Barra Longa, os dados são escassos e parecem muito fragmentários. A melhor cobertura desses códices é, felizmente para este trabalho, a de Vila Rica e seu termo. O códice 1610 lista doadores do termo de São João del Rei, incluindo tanto sua sede, a Vila de São João, como as freguesias de Lavras, Carrancas e Dores do Pântano, compreendendo áreas urbanas e rurais. Mais recentemente foram também localizados vários documentos avulsos com informações sobre os donativos voluntários de Paracatu, Caeté, Sabará, Tejuco, Vila do Príncipe, Queluz, Pitangui, São Romão, e outras localidades. Desse achados recentes, até o momento só foi possível fazer uma compilação preliminar da lista cada um dos anos em que se pagou o mesmo subsídio”.

de doadores da Vila de Paracatu e seu termo.<sup>41</sup> (APM CC 2202; APM CC 2203; APM CC 1610 e APM Ofício Navarro 1805)

O código 2202 contém 1.098 registros de donativos feitos entre 17 de agosto e 29 de dezembro de 1804. Cada lançamento traz a data, o nome do doador e frequentemente seu local de residência. Muitas vezes o nome é precedido de um título (capitão, coronel, reverendo, doutor, dona, etc.) e nos casos de funcionários, militares e eclesiásticos as ocupações e os cargos são registrados. Alguns são acompanhados por anotações como “preto”, “preto forro” ou “preta forra”. Os registros são padronizados, discriminando com clareza as contribuições referentes à posse de escravos (sempre um múltiplo de 600 réis) e aquelas feitas “por si”, expressão empregada para designar os donativos voluntários, também chamados de “gratuitos”.

O código 2203 parece ser um rascunho do 2202. A caligrafia é muito pior, as informações são mais precárias e muitos nomes são repetidos, mas ele contém registros dos primeiros meses de 1805, que não aparecem no código anterior.

A compilação minuciosa, registro por registro, dos dois códigos, resultou na identificação de 627 doadores individuais (foram excluídas umas poucas doações coletivas e institucionais) residentes no termo de Vila Rica, dos quais 285 moravam na cidade, e 342 em outros distritos (Congonhas do Campo, Itabira do Campo, Cachoeira do Campo, Ouro Branco, Casa Branca, São Bartolomeu e outras localidades). Através da conjugação de informações dos códigos, do censo de 1804 e de outras fontes, foi possível estabelecer com segurança os locais de residência de 86% dessas pessoas, bem como as ocupações de 69% das mesmas.

<sup>41</sup> A compilação de todos os códigos e todos os documentos avulsos referentes ao Donativo Voluntário de 1804 é de minha autoria.

O povo de Vila Rica foi muito generoso com as aflições do príncipe. Não só acudiu em grande número ao seu chamado, como também ofereceu quantias vultosas. A elite talvez tenha tido uma dupla motivação: a isca dos títulos e honorarias pode ter sido reforçada pela ânsia de prestar vassalagem e reafirmar sua lealdade à metrópole. A Inconfidência era muito recente, muitos haviam convivido com os conjurados, vários tinham sido camaradas do Alferes no regimento de cavalaria. Mas nada disso explica o apoio do povo, dos muitos que deram alguns mil-réis, do preto forro ou da vendeira parda que doaram uma ou duas patacas. A adesão dos mineiros ao pedido da coroa é um tema instigante e que merece estudo, mas não nos interessa neste momento. Aqui usaremos os registros do donativo voluntário apenas para mostrar que havia dinheiro, muito dinheiro, em Vila Rica.

Adotando a hipótese extrema de que todos os doadores fossem chefes de domicílio, concluímos que 17% dos 1.671 cabeças de fogo da cidade fizeram doações. Como 251 deles eram do sexo masculino e os fogos chefiados por homens eram 919, chegamos ao impressionante resultado de que mais de um quarto (27,3%), dos homens chefes de fogo, de todas as raças, ocupações e níveis socioeconômicos, fizeram donativos. Qualquer que seja a margem de erro desta estimativa, não há como escapar à conclusão de que a participação dos moradores de Vila Rica foi incrivelmente alta.

A tabela 7 nos mostra que o donativo médio da cidade foi de 59 mil-réis. Esse valor é significativamente mais alto que os observados em outras áreas urbanas, superando o da Cidade de Mariana (36 mil-réis) em mais de 60%, e o da Vila de Sabará (28 mil-réis, com apenas 69 casos) em mais de 100%. É três vezes maior que o donativo médio (incluindo áreas urbanas e rurais) do restante da capitania. No distrito de Ouro

Tabela 7- Vila Rica: Donativo voluntário de 1804, por distritos urbanos

Localidades	Doadores (número)	Donativo total médio (réis)	Donativo gratuito médio (réis)	Doadores gratuitos (número)	% de doadores gratuitos	% do total doado como gratuito
Ouro Preto	149	63.451	59.501	138	93	94
Antônio Dias	36	49.321	45.954	33	92	93
Alto da Cruz	15	14.507	12.427	11	73	86
Cabeças	30	45.723	40.183	22	73	88
Padre Faria	5	31.980	30.780	5	100	96
Morro	9	6.211	3.411	5	56	55
Não especificadas	41	92.503	85.449	39	95	92
Vila Rica (cidade)	285	59.044	54.736	253	89	93

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Códices referentes ao Donativo Voluntário de 1804

Preto, onde estava o maior número de doadores, atingiu mais de 63 mil mil-réis, e a média mais alta ocorre na classe de moradores em áreas não especificadas, porque nela estão incluídos vários grandes doadores que moravam, com certeza, na cidade, mas cujo distrito de residência não foi possível determinar com segurança.

A compilação do códice 1610, referente ao termo de São João del Rei, resultou em 2.506 doadores, residentes tanto na Vila de São João quanto nas freguesias de Lavras, Carrancas e Dores do Pântano. O donativo total médio (englobando a contribuição pelos escravos e a contribuição voluntária) foi de 7.056 réis, e o donativo gratuito médio foi de 4.760 réis.

Mesmo considerando que esses números incluem moradores urbanos e rurais, fica claro que as doações são muito mais modestas que as da capital. O valor do donativo total é equivalente a apenas 12%, enquanto o gratuito atinge somente 9% dos valores correspondentes doados na área urbana de Vila Rica<sup>42</sup>.

Vale a pena lembrar que a historiografia aponta, com bastante ênfase, que a comarca do <sup>42</sup> O valor do donativo total médio no conjunto do termo de Vila Rica (distritos urbanos e distritos rurais), foi de 31.936 réis, cinco vezes maior que o correspondente do termo de São João del Rei. A doação média dos dez maiores doadores de Vila Rica foi de 1.097 mil-réis, a de São João del Rei foi de 127 mil-réis.

Rio das Mortes era a mais rica e próspera da capitania nesse período. Afirma que ela era mais diversificada, que foi muito menos afetada pelo declínio da mineração, e que foi um destino de retirantes das “áreas mineradoras empobrecidas”.

A compilação preliminar da lista de Paracatu revela 169 doadores, com um donativo total médio de 19.889 réis, ou seja, um terço do donativo total médio de Vila Rica.

Os resultados até agora disponíveis sobre o donativo voluntário de 1804 indicam, portanto, que as doações médias de Vila Rica foram mais altas que as de todas as outras localidades, e é pouco provável que esse resultado venha a ser revertido pela descoberta de novos dados<sup>43</sup>.

Na tabela 8 podemos ver que os grandes da terra doaram pequenas fortunas. Com um único desses grandes donativos o príncipe poderia, se não estivesse apertado por outras “percissões do Estado”, comprar cerca de 20 escravos, ou mais de 23 toneladas de carne de vaca (ao preço de 1820), ou ainda sustentar o Bispo de Mariana por quase dois anos.

<sup>43</sup> Diogo Ribeiro Pereira de Vasconcelos, no *Canto Encomiástico*, registra que, entre as comarcas, a maior doação global foi a da comarca do Rio das Mortes. Isto se deve, evidentemente, ao peso demográfico desta comarca em relação às demais. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1986, 65)

**Tabela 8 Vila Rica: Donativo Voluntário de 1804 - Exemplos de doadores**

Nome do doador	Cargo ou atividade	Donativo por escravos (réis)	Donativo gratuito (réis)	Donativo total (réis)
Dr. Inácio José de Souza Rebelo	Procurador da Junta da Fazenda	69.000	1.600.000	1.669.000
Cap. Florêncio Guedes Pinto de Souza	Comandante da tropa regular	5.400	1.600.000	1.605.400
Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo	Governador da Capitania	2.400	1.200.000	1.202.400
José Ribeiro Carvalhais	Neg. fazenda seca e empreiteiro	6.600	1.000.000	1.006.600
José Veloso Carmo	Vive de minerar, com fábrica	120.000	680.000	800.000
Des. Francisco de Moraes Pimentel	Intendente do Ouro de Vila Rica	600	600.000	600.600
Rev. Dr. Joaquim Veloso de Miranda	Botânico e Secretário do Governo	13.800	400.000	413.800
Dr. Lucas Antônio Monteiro de Barros	Ouvidor Geral da Comarca	7.200	309.600	316.800
Cirurgião Mor A. J. V. de Carvalho	Vive de cirurgião e chacareiro	11.400	188.600	200.000
Alferes Manoel Dias do Couto	Negociante de molhados	1.200	128.800	130.000
Capitão Carlos de Assis Figueiredo	Negociante de fazenda seca	1.200	98.800	100.000
Antônio José de Souza	Negociante de fazenda seca	2.400	57.600	60.000
Rev. João Antônio Pinto Moreira	Vigário de Antônio Dias	3.000	47.000	50.000
Capitão Libório Martins Machado	Fiscal da Intendência desta Vila	1.200	18.800	20.000
Caetano José Cardoso	Ajudante de Cirurgia da Cavalaria	3.600	12.400	16.000
Marcos Coelho Neto, filho	Compositor, Trombeta da Cavalaria	0	8.000	8.000
Rosa Maria Gomes Caldas	Crioula forra	3.000	3.000	6.000
Furriel Faustino Vieira de Souza	Vive de sapateiro e botequim	3.600	2.400	6.000
Alferes Manoel da Costa Ataíde	Vive da arte da pintura	2.400	2.400	4.800
João Ribeiro da Luz	Tem negócio de toucinheiro	0	2.400	2.400
Joaquim de Souza Machado	Preto forro, vive de barbeiro	600	1.800	2.400
João da Silva de Figueiredo	Soldado do Regimento de Linha	1.800	0	1.800
Inês Josefa Maria	Viúva pobre	0	1.800	1.800
Antônia da Rocha Pereira	Preta forra c/ escravas quitadeiras	1.200	0	1.200
Isabel Felíciana	Vive de suas costuras	1.200	0	1.200
João Roiz da Silva	Funcionário, pedestre do correio	0	810	810
Antônia Francisca do Nascimento	Vive de suas costuras (80 anos)	600	0	600
Joaquina Rosa	Vive com negócio de venda	0	600	600
Florência Ribeira	Crioula, mineradora sem escravos	0	300	300

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Códices referentes ao Donativo Voluntário de 1804

Mas não foram só os altos funcionários, os grandes empresários e os comandantes militares que atenderam ao chamamento. Como se pode ver na tabela de exemplos, muito mais gente, de todas as classes, ocupações e cores, também fez donativos. Médios e pequenos funcionários, médios, pequenos e micro comerciantes, oficiais inferiores e soldados, profissionais,

artesãos, forros e forras, e até pobres, doaram, cada um dentro de “suas privativas faculdades”.

A tabela 9 separa os donativos por faixas de valor e os compara com os vencimentos da alta elite do serviço público (o Intendente do Ouro de Vila Rica e o Ouvidor Geral da Comarca), de outros funcionários graduados (procura-

**Tabela 9 Vila Rica: Donativo de 1804 comparado com as remunerações de funcionários e eclesiásticos**

Faixas do donativo (em réis)	Doadores (número)	Donativo médio (réis)	Equivalente em meses de salário de					
			IORV	BDM	OGVR	PRF	VCM	PCVR
Mais de 1 conto	4	1.370.850	10,3	20,5	32,6	41,5	80,6	124,6
400.000 a 800.000	3	604.800	4,5	9,0	14,4	18,3	35,6	55,0
200.000 a 317.000	12	244.897	1,8	3,7	5,8	7,4	14,4	22,3
100.00 a 180.000	24	121.392	0,9	1,8	2,9	3,7	7,1	11,0
50.000 a 99.000	26	61.447	0,5	0,9	1,5	1,9	3,6	5,6
20.000 a 40.000	43	27.187	0,2	0,4	0,6	0,8	1,6	2,5
10.000 a 18.000	35	13.386	0,1	0,2	0,3	0,4	0,8	1,2
6.000 a 9.500	31	7.279	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	0,7
1.000 a 5.400	79	2.535	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2
Menos de 1.000	28	588	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Total	285	59.044	0,4	0,9	1,4	1,8	3,5	5,4

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Códices referentes ao Donativo Voluntário de 1804

IORV = Intendente do Ouro de Vila Rica; BDM = Bispo da Diocese de Mariana (côngrua)

OGVR = Ouvidor Geral de Vila Rica; PRF = Procurador da Real Fazenda

VCM = Vigários da capitania de Minas (côngrua); PCVR = Procurador da Câmara de Vila Rica

dores da Real Fazenda e procuradores da Câmara de Vila Rica), e ainda com as côngruas da mais alta autoridade religiosa (o Bispo da diocese de Mariana) e dos vigários da capitania, que não eram simples padres, mas titulares das paróquias. Os valores dessas remunerações são exatos e se referem exatamente ao período aqui focado. (VASCONCELOS, 1994, 83-91)

Cada um dos donativos da faixa mais alta poderia remunerar, como já observamos, o Intendente do Ouro que, excetuado o Governador, tinha o maior salário da capitania, por quase um ano, o Ouvidor geral por mais de trinta meses, um Procurador da Real Fazenda por mais de quarenta, e um Procurador da Câmara por

mais de dez anos. A quarta faixa de donativo ainda manteria o Bispo por cerca de dois meses, o Ouvidor Geral por cerca de um trimestre, e um vigário por mais de um semestre. A média das doações, que inclui todas as contribuições de ricos, remediados e pobres, ainda seria capaz de manter o Ouvidor por um mês e meio, e um vigário por mais de um trimestre.

Os valores das faixas mais baixas são pequenos comparados aos salários da elite da burocracia, mas nem por isso deixam de ser significativos. As doações mais modestas demonstram simplesmente que as pessoas mais modestas também queriam doar, e o fizeram porque podiam. Só doa quem tem, quem não tem não pode dar.

Não é necessário repetir o exercício de bispos e funcionários para constatar que as doações médias de algumas categorias ocupacionais foram muito elevadas. Entretanto essas médias têm pouca representatividade. A divisão da amostra em grupos ocupacionais torna alguns deles pequenos (com poucos casos) e como a dispersão é grande, o valor médio é muito in-

**Tabela 10- Vila Rica: Donativo voluntário de 1804, por ocupações**

Ocupações	Doadores (número)	Donativo total médio (réis)	Donativo gratuito médio (réis)	Doadores gratuitos (número)	% de doadores gratuitos	% do total doado como gratuito
Eclesiásticos	10	20.940	15.120	10	100	72
Funcionários	64	121.829	115.304	64	100	95
Militares	52	83.413	79.686	49	94	96
Mineiros*	6	149.783	124.983	6	100	83
Negociantes	18	97.322	95.356	18	100	98
Vendeiros	11	3.818	3.164	11	100	83
Artes e ofícios	25	18.432	15.816	22	88	86
Pobres	3	1.000	600	1	33	60
Outras e ignoradas	96	13.825	10.700	72	75	77
Vila Rica (cidade)	285	59.044	54.736	253	89	93

(\*) inclui faiscadores.

fluenciado por poucos grandes doadores. Isso é especialmente grave no grupo dos mineradores, onde uma única doação (do Coronel Veloso) arrasta a média para cima, mas ocorre também em outras categorias.

Excluindo os mineiros, a média mais alta é, sem nenhuma surpresa, a dos funcionários, seguida pelos negociantes e pelos militares. A contribuição dos eclesiásticos é surpreendentemente baixa, sendo quase equiparada pela dos artistas e artesãos. Também não surpreende que as médias dos vendeiros e dos pobres sejam as mais baixas.

É importante registrar que altas doações de muitos funcionários, assim como, as de vários militares, não se devem apenas aos seus cargos ou patentes. Vários deles possuíam grandes escravarias (de dezenas e até mais de cem cativos), e tinham rendas e atividades paralelas, como mineração, agricultura e comércio. Muitos eclesiásticos estavam nesta mesma situação, como o padre José Botelho Borges, Chantre da Sé de Mariana, que tinha 30 escravos e era dono da famosa mina da Passagem. Entre os doadores de Vila Rica em 1804, nenhum religioso era grande proprietário, mas encontramos, entre outros, o

padre Vidal José do Vale, pároco da matriz do Pilar de Ouro Preto, que possuía 15 cativos e tinha uma roça na Boa Vista, e o padre Domingos Francisco de Carvalho, com 10 escravos e uma chácara na Saramenha.

Tudo confirma que a contribuição pela posse de escravos foi uma verdadeira capitação. A própria carta régia determinou que se estabelecesse uma tarifa por cada cabeça de escravo. Em sua carta de apoio à solicitação do Príncipe Regente, o Ouvidor Geral da comarca, Lucas Antônio Monteiro de Barros, se refere explicitamente ao imposto de 600 réis por escravo (APM. CMOP) e todos os doadores que declararam possuir cativos pagaram exatamente 600 réis por cada um deles.

Alguns grandes senhores pagaram quantias vultosas por seus plantéis. O Coronel Francisco de Abreu Guimarães, do distrito de Matosinhos, em Sabará, teve de pagar 429 mil-réis pelos 715 escravos do Vínculo da Jaguará. Em Vila Rica, o Coronel José Veloso Carmo, minerador nas Cabeças, pagou 120 mil-réis pelos 200 cativos que trabalhavam em sua lavra<sup>44</sup>. Porém,

<sup>44</sup> O censo registrou apenas 126 escravos na fábrica do Coronel Veloso, mas em seu donativo ele próprio declarou que eram 200.

em todos os lugares esse componente foi apenas uma pequena parte da doação total. No restante da capitania representou 24% do total doado, e no termo de Vila Rica foi responsável por apenas 12,8% deste valor. Nos distritos urbanos da cidade as contribuições pelos escravos não passaram de 7% do total arrecadado.

Os donativos a título gratuito são os que ultrapassam o obrigatório e, portanto, são os que revelam verdadeiramente a vontade e a capacidade financeira de contribuir. Os registros mostram que em Vila Rica havia, sem dúvida alguma, essa vontade e essa capacidade, não só entre os ricos, mas em diversas faixas socioeconômicas médias e até entre os mais pobres.

Entre os dez maiores doadores “por si” da capitania, só não moravam na capital Dom Frei Cipriano de São José, Bispo de Mariana, que fez um donativo gratuito de 1 conto e 400 mil-réis; o Sargento Mor Antônio Caetano Pinto Coelho, riquíssimo proprietário da mina de Coacais, em Caeté, que doou gratuitamente 1 conto de réis; e o já mencionado Coronel Francisco de Abreu Guimarães, administrador da Jaguará, em Matosinhos, que doou 771 mil-réis por si.

Na tabela 7 podemos ver que cerca de nove em cada dez doadores da cidade fez doações gratuitas e que 93% de todo o dinheiro foi doado através desta modalidade. A tabela 5 revela que todos os eclesiásticos, funcionários, mineiros, negociantes e vendeiros da amostra fizeram doações por si, e que mais de 95% dos totais doados por funcionários, militares e negociantes foi por meio de doações gratuitas.

Os ricos fizeram doações polpudas, como se vê na tabela 3, mas além dessas houve muitos donativos gratuitos grandes e médios feitos sobretudo por funcionários de menor escalão, negociantes de porte médio e militares.

Descendo a escala vêm as pequenas quantias doadas por pessoas mais pobres, como vendeiros e artesãos, e também por funcionários e eclesiásticos sovinas.

Fechando a lista, aparecem os comoventes donativos gratuitos de gente muito pobre, que não tinha nenhum escravo e, portanto, nenhuma obrigação. Como as de Anacleto Ferreira, do Morro de São João, ou da nossa conhecida Florência Ribeira, a mineradora pobre do Taquaral, que doaram 300 réis cada um, para ajudar a bancar a neutralidade de Portugal, perdido como um cego no tiroteio da Europa convulsionada pelo Corso. Florência não tinha, com certeza, nenhuma aspiração às grandezas prometidas pelo príncipe, mas teve, como muitos habitantes de Vila Rica, a vontade e o dinheiro para contribuir.

## Conclusão

Não podemos concluir se Vila Rica havia decaído ou não, porque simplesmente não sabemos como ela era antes. Não existe nenhum dado ou baliza concreta que permita comparar objetivamente a situação econômica e social (ou mesmo populacional) da cidade no final do século XVIII com o período do auge da mineração – um tempo “mitológico” (CARRARA, 2007, 21) ou uma nebulosa idade de ouro, “que ninguém sabe o que seja”.<sup>45</sup>

Expressões etéreas como “o antigo esplendor”, ou “a idade em que o lobo pastava entre as ovelhas” (COSTA, 1996, 318) são completamente vagas e em nada ajudam nesse confronto. Memórias nostálgicas de “tempos melhores”, opiniões retrospectivas de viajantes estrangeiros e depoimentos de história oral não são precisos nem confiáveis.

Qualquer historiador, como qualquer ju-

<sup>45</sup> A expressão é de Cecília Meireles: “Pois se atreveram a falar em liberdade, que ninguém sabe o que seja”, no Romance XXIV ou da Bandeira da Inconfidência, do *Romanceiro da Inconfidência*.

rista, sabe que “a testemunha é a prostituta das provas”. Pior ainda no caso de visitantes fugazes, que não podem oferecer mais do que depoimentos “por ouvir dizer”, ou repassar o que alguém lhes contou. Não tem nenhuma autoridade ou qualificação para validar dados ou estatísticas e, principalmente, para passar julgamento e pontificar sobre condições políticas, econômicas, sociais, ou “morais”, como gostavam muito de fazer.

Os bons relatos, de cientistas, intelectuais ou outros observadores sabidamente competentes, podem, é claro, ter utilidade para a reconstrução histórica, mas têm, como quaisquer outros depoimentos, que ser confrontados com outras fontes e evidências. Têm que ser sempre tratados cum grano salis, nunca com o deslumbramento reverencial que recebiam na minoridade da pesquisa histórica no Brasil.

No caso específico do país das minas, cujos tesouros foram zelosamente escondidos e envoltos em mistério por tanto tempo, a expectativa dos viajantes do início do século XIX, era formada, muitas vezes explicitamente, por suas particulares fantasias do Eldorado. Seus relatos só poderiam registrar a inevitável decepção com a Vila Rica e a Minas Gerais reais que encontraram.

John Mawe, o pioneiro visitante inglês, é um bom exemplo disso:

Apesar do cansaço da viagem (...) minha mente foi tomada pela meditação sobre o lugar a que chegáramos e que por tanto tempo tinha sido objeto de nosso deslumbramento e especulação. Vila Rica – a rica vila! Capital da província de Minas Gerais e sede do seu governo, por muitos anos considerada o lugar mais rico do Brasil, para onde era levado todo o ouro encontrado na vasta região em seu redor. Impaciente para ver sinais do esplendor que este nome implica, dormi pouco e levantei-me cedo. (MAWE, 1812, 165)

Visitando a região em 1814, Georg Freyreys também ficou decepcionado com a dissipação de seu sonho:

(...) eu fantasiava grandes estabelecimentos mineradores; enorme, porém, foi minha surpresa quando me mostraram, aqui e acolá, uns poucos negros nus, sem outras ferramentas (...) além de uma enxada, uma gamela de madeira e uns trapos de pano. (FREIREYSS, 1906, 178)

Mesmo com as fantasias à parte, opiniões são sempre subjetivas, e não são boas balizas para avaliações. Vejam-se, por exemplo, as divergências entre as percepções de Mawe (1809), Freyreys (1814), Saint Hilaire (1816) e Spix e Martius (1818) sobre questões simples, como a aparência das casas e a paisagem urbana de Vila Rica, e se verão as dificuldades em usá-las para julgamentos muito mais complexos, como as condições de sua economia, e mais ainda de sua evolução através dos tempos.

O relato do Triunfo Eucarístico, (MACHADO, 1734) impregnado de exageros, fervor religioso e exaltação ufanista, pode incendiar imaginações barrocas, mas definitivamente não serve para ancorar comparações de riqueza e de bem-estar da comunidade. A grande festa de 1733, com seu luxo, sua suntuosidade real e ilusória, suas alegorias e ornamentos ricos e ingênuos, seu exibicionismo, e seu entusiasmo chapa-branca, celebra o sucesso da economia mineradora no seu auge, mas não fornece nenhum elemento ou informação objetiva que permita cotejar esse momento com qualquer outro período da história.

Falso ou verdadeiro, o fausto exibido pelo Triunfo Eucarístico é totalmente inútil para comparações econômicas objetivas, não-impressionistas. Avaliar a prosperidade passada de Vila Rica com base nesse espasmo de euforia seria o mesmo que estimar o PIB do Rio de Janeiro com

base no desfile da Marquês de Sapucaí.

Em defesa de sua visão sobre a decadência de Vila Rica, Iraci del Nero da Costa quer que se compare a opulência relatada no Triunfo (publicado em 1734) com a crônica de miséria que pensa ver destilada nas Cartas Chilenas (escritas em 1788-89).

O encanto chegara ao fim – Vila Rica – “pela opulência das riquezas a pérola preciosa do Brasil” – transformara-se em ‘pobre Aldeia’, “terra decadente”, “Humilde povoado, onde os grandes moram em casas de madeira a pique.”<sup>46</sup> (MACHADO, 1734, 25) e (GONZAGA, 1996, 814-15)

Já impugnamos o Triunfo como régua para medir a prosperidade pretérita de Vila Rica. Seria válido o depoimento de Gonzaga sobre sua pobreza presente?

As expressões selecionadas como testemunho do poeta sobre a penúria da cidade são pinçadas de versos da Carta Terceira, e são um caso típico de descontextualização, que distorce o sentido e a intenção do autor. Devolvidas ao seu contexto no poema, estas expressões pouco ou nada significam para qualquer avaliação de prosperidade ou de pobreza de Vila Rica.

As Cartas Chilenas são poemas satíricos compostos exclusivamente para criticar o Governador Luís da Cunha Meneses. São, mais que qualquer outra coisa, uma lamúria pessoal, nostálgica do prestígio que o autor gozava no tempo de D. Rodrigo de Meneses, e cheia de ressentimento e mágoa pelo tratamento que recebia de seu sucessor. O poema é a desforra de um ego ferido pelas desfeitas e pelo rebaixamento social e político imposto ao poeta e a seus amigos por Meneses. A sensação de ruína, de decaimento e de desclassificação expressa por Gonzaga é, antes de tudo, um sentimento pessoal, que projeta  
46 Estes são os versos 85, 89, 90 e 123. da Carta Terceira – “Em que se contam as injustiças e violências que o Fanfarrão executou por causa de uma cadéia, a que deu principio”, das Cartas Chilenas.

sobre a cidade e a sociedade.

Exagera nas cores e nas palavras – tudo que servir para vituperar o Fanfarrão Minésio cabe na sátira. Para Critilo, todo o presente de Vila Rica sob o governo de Cunha Meneses era miséria e desgraça e ranger de dentes, em comparação com o passado de bonança, riqueza e felicidade, que vigorara até ontem, no termo de D. Rodrigo. É de se duvidar se Gonzaga teria tido essa sensação de decadência da cidade poucos anos antes, durante o governo do amigo.

A “Carta Terceira”, em particular, é focada na crítica do projeto de construção da Casa de Câmara e Cadeia (hoje Museu da Inconfidência), iniciada em 1785 e só concluída no século XIX. Seu monumental exagero na descrição do edifício, que compara em pretensão à torre de Babel e às pirâmides do Egito, pode nos servir de medida para seu exagero na descrição do acanhamento e da pobreza da cidade, que usa como contraponto para realçar o que considerava excessivo e ostentatório no projeto, incluindo uma magnífica e suntuosa fachada que nunca existiu, a não ser no seu poema.

Nem um nem outro polo. Nem o Triunfo, nem as Cartas Chilenas. Nem a euforia de Simão Machado nem a depressão de Tomás Gonzaga são boas conselheiras sobre a riqueza ou a pobreza da cidade.

No mundo real, fora da esfera da revanche literária, Vila Rica não era, com certeza, um “humilde povoado”, nem um lugar onde os grandes moravam em “casas de madeira a pique”<sup>47</sup>.

47 Na verdade, nem “os grandes”, nem a a população em geral, moravam “em casas de madeira a pique”. Segundo um dos maiores especialistas na arquitetura colonial de Vila Rica, “preferem-se nas construções ou, pelo menos nas paredes mestras, pilares, etc., as alvenarias de pedra, reservando-se as madeiras (...) para as divisões internas ou pavimentos elevados, onde seu pouco peso aconselhava maior aplicação deste material. É claro também que a princípio, por mais econômicas, devem ter prevalecido as técnicas construtivas mais ligadas ao barro e à madeira”, mas já por volta da década de 1740 começaram a prevalecer as construções de pedra e cal nas edificações residenciais.

Seria uma “terra decadente”?

Não temos elementos para fazer comparações no tempo, mas os dados disponíveis permitem uma análise “no ponto”, ou seja, podemos examinar o presente de Vila Rica em 1804 e avaliar, com razoável objetividade, sua situação naquele momento.

Com base no material apresentado acima, acredito que, no período focado neste trabalho, Vila Rica não passava por nenhuma crise ou processo de degradação. O setor minerador de ouro era sim, apenas “uma pálida sombra de seu antigo esplendor”, mas isso não significou nenhuma catástrofe para a cidade. Muito pelo contrário, ela apresentava, assim como o resto da capitania, uma economia diversificada e em pleno funcionamento. Exercia seu papel de capital e era, além disso, uma cidade viva e multifuncional. Julgando pelas evidências empíricas obtidas, era bastante próspera. Suas condições econômicas, sociais e culturais fariam inveja à grande maioria das cidades da colônia. Estava bem longe da ruína que lhe atribuía a historiografia econômica do século XX, rudimentar e superficial – de aluvião.

---

*“Aliás, em relação às povoações da mesma época em Minas, talvez seja Vila Rica a que mais se valeu da pedra em suas construções e esta assertiva, até hoje facilmente comprovável, aflora de vários testemunhos antigos. ‘As casas são construídas de pedra’, consignam Spix e Martius; ‘de pedra com sobrado’, acrescentaria Caldeleugh”. Vasconcellos acrescenta que apenas Saint-Hilaire discrepa dessas observações, afirmando que a maioria das casas era construída de barro, e que Afonso de E. Taunay escreve que “em Vila Rica são na maioria de pedra e de sobrado, apenas as mais pobres de pau a pique”. (VASCONCELLOS, 1956, 167-69) Conforme citado acima, John Mawe também registrou, com ênfase, a boa qualidade das casas das classes abastadas de Vila Rica.*

## Referências bibliográficas e fontes

AGUIAR, Rosa Freire d'. (ed.). *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

ALCIDES, Sergio. *Estes Penhascos. Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

ANÔNIMO. "Descobrimento de Minas Gerais". *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Tomo XXIX, parte primeira: Rio de Janeiro, 1866.

ANÔNIMO. "Memórias públicas e econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 47 (1884).

APM. Listas Nominativas de 260 distritos de paz em 1831-32, elaboradas pelos juízes de paz em cumprimento ao Ofício Circular do Presidente da Província Manoel Ignacio de Mello e Souza, em 25 de agosto de 1831. APM MP; APM SP PP; APM CMC e APM CC. Diversas caixas.

APM. Listas Nominativas de 145 distritos de paz em 1838-40, elaboradas pelos juízes de paz em cumprimento à Portaria do Presidente da Província Bernardo Jacinto da Veiga, de 8 de maio de 1838. APM MP; APM SP PP. Diversas caixas.

APM. CMOP caixa 78, doc. 05. Solicitação do cumprimento da Carta Régia de 06/04/1804, que estabelece o imposto de 600 reis pela posse de escravos e pelo donativo voluntário.

APM. Códice CC 1610. Livro de registro de receita dos donativos gratuitos, de acordo com a Ordem Régia de 6 de abril de 1804 na Comarca do Rio das Mortes.

APM. Códice CC 2202. Livro de registro de receita e despesas dos donativos e ofertas instituídos pela Carta Régia de 06/04/1804.

APM. Códice CC 2203. Livro das contas correntes dos donativos e ofertas instituídas por Carta Régia de 06/04/1804.

APM. Ofício de José Gregório de Moraes Navarro, Ouvidor da Comarca de Paracatu, ao Governador, em 07/01/1805, enviando a lista das pessoas de Paracatu do Príncipe e seu termo que ofereceram donativos voluntários.

APM. SC-294. Secretaria de Governo da Capitania. Registro de cartas régias e avisos. Carta Régia de 6 de abril de 1804, ao Governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, solicitando donativos voluntários dos mineiros.

BIBLIOTECA NACIONAL. Uma raridade bibliográfica: O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica,

1806. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional e São Paulo: Gráfica Brasileira, 1986.

BRITO, Francisco Tavares de. *Itinerário Geográfico, com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras, que há da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as minas do ouro. Composto por Francisco Tavares de Brito. Sevilha, na Oficina de Antônio da Silva, 1732.*

BROWN, Larissa Virginia. *Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822. Ph. D. dissertation, University of Virginia, 1986.*

CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Notas sobre um pintor lusobrasileiro e a iconografia dos novíssimos (A Morte, O Juízo, Inferno e O Paraíso) em fins da época colonial”. *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*. Ano IX, v. 9, n. 2 (2012).

CAMPOS, Antônio. *A Música Barroca de Minas Gerais. www.movimento.com* (escrito em 22 de setembro de 2011). Acessado em 3 de agosto de 2015.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.*

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.*

CARVALHO, Antônio José Vieira de. *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos e os meios de as prevenir. Por Mr. Dazille (...) traduzidas na língua portuguesa, debaixo dos auspícios e ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente N. S. por Antonio José Vieira de Carvalho, Cirurgião Mor do Regimento de Cavalleria Regular da Capitania de Minas Geraes; e Lente de Anatomia, Cirurgia e Operações no Hospital Real Militar de Villa Rica. Lisboa, na Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801.*

CASTAGNA, Paulo e COELHO, João Marcos. “A pauta restaurada do som das cidades”. *O Estado de São Paulo*, 12 de novembro de 2011.

CASTAGNA, Paulo. “A Música Religiosa Mineira no século XVIII e primeira metade do século XIX”. *UNESP: Apostila do curso História da Música Brasileira. Instituto de Artes da UNESP s/d.*

COSTA, Cláudio Manoel da. “O Parnaso obsequioso”. In: *PROENÇA FILHO, Domício (org.) A Poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.*

COSTA, Iraci del Nero da. “As populações das Minas Gerais no século XVIII: um estudo de demografia histórica”. *Revista Crítica Histórica*. Ano II, nº 4, dezembro de 2011.

COTTA, Francis Albert. “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII”. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 3, n. 6 (out-nov).

de 2002).

CRATON, Michael. "Jamaican Slavery". In: ENGERMAN, Stanley L. and GENOVESE, Eugene D. (eds.). *Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1975.

DEFFONTAINES, Pierre. "Como se constituiu no Brasil a rede das cidades". *Boletim Geográfico (São Paulo)*. Ano II, no. 14, parte I, maio de 1944.

EVANS JR., Robert. "The Economics of American Negro Slavery, 1830-1860". In: *Universities-National Bureau Committee for Economic Research. Aspects of Labor Economics*. Princeton: Princeton University Press, 1962.

FREIREYSS, G. W. "Viagem ao interior do Brasil, nos annos de 1814-1815". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo XI* (1906).

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 7ª. edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967 (1ª. edição 1959).

GOLDIN, Claudia Dale. *Urban slavery in the American South, 1820-1860: a quantitative history*. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. In: PROENÇA FILHO, Domício (org.). *A Poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

HIGMAN, B. W. *Slave Population and Economy in Jamaica 1807-1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

HIGMAN, B. W. *Slave Populations of the British Caribbean, 1807-1834*. Kingston: The Press University of the West Indies, 1995.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011. Síntese de Indicadores Sociais*, 2012.

KNIGHT, Franklin W. *Slave society in Cuba during the nineteenth century*. Madison: University of Wisconsin Press, 1970.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. "Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica no alvorecer do século XIX". In: LUNA, Francisco Vidal, Iraci del Nero da COSTA e Herbert KLEIN. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

MACHADO, Simão Ferreira. *Triunfo Eucarístico. Exemplar da Cristandade Lusitana*. Lisboa: Oficina da Música, 1734.

MARCÍLIO, Maria Luíza. Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1770-1836. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MARTINS, Roberto Borges. “Notas sobre a demografia das populações escravas da América”. In: CEDEPLAR/UFMG. XVII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 2016.

MARTINS, Roberto Borges. Growing in silence. The Slave Economy of Nineteenth-century Minas Gerais, Brazil. Ph. D. Dissertation, Dept. of Economics, Vanderbilt University, 1980.

MATHIAS, Herculano Gomes. Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1969.

MAWE, John. Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1812.

MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado com árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal doméstico e a economia de abastecimento das Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: CEDEPLAR/UFMG. XV Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 2012.

MILLER, Joseph C. Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

MULLER, Daniel Pedro. Ensaio d’um Quadro Estatístico da Província de São Paulo. 3ª. edição facsimilada. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

NIELSEN, Lawrence James. Of gentry, peasants and slaves: Rural society in Sabará and its Hinterland, 1780-1930. Ph. D. Dissertation, University of California/Davis, 1975.

OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. O Brasil e as Colônias Portuguesas. Lisboa: Guimarães e Cia. Editores, 1978 (1ª. edição 1880).

PRECIOSO, Daniel. Os músicos pardos em Vila Rica (c.1770-c.1809). ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

RAMOS, Donald. “Marriage and the family in colonial Vila Rica”. *Hispanic American Historical Review*, 55:2 (maio 1975).

RAMOS, Donald. “Vila Rica: profile of a colonial Brazilian urban center”. *The Americas* (abril 1979).

REIS, Flávia Maria da Mata. Entre faisqueiras, catas e galerias: Explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762). Dissertação de mestrado, História, UFMG, 2007.

ROCHA, José Joaquim da. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais; Descrição Geográfica, Topográfica, Histórica e Política da Capitania de Minas Gerais e Memória Histórica da Capita-

nia de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e Edusp, 1975.

SILVA, Flávio Marcus da. Subsistência e Poder. A política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje [1870]. Reedição: São Paulo: IPE/USP, 1986.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Ser Nobre na Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SIMONSEN, Roberto C. “Aspectos da História Econômica do Café”. In: CARONE, Edgard (comp.). Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Cia. Editora Nacional e Editora da USP, 1973. Originalmente publicado na Revista do Arquivo, no. LXV, São Paulo, 1940.

SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil, 1500-1820. 8ª. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978 (1ª. edição 1937).

SMITH, Bonnie G. (ed.) The Oxford Encyclopedia of Women in World History. Oxford: Oxford U. Press, 2008.

SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von. Viagem pelo Brasil (1817-1820). Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: Edusp, 1981.

SUTCH, Richard. “The breeding of slaves for sale and the westward expansion of slavery, 1850-1860”. In: ENGERMAN, Stanley L. and GENOVESE, Eugene D. (eds.). Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1975.

TEIXEIRA COELHO, José João. Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais [1780]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

U. S. BUREAU OF THE CENSUS. Historical Statistics of the United States. Colonial Times to 1957. Washington: Government Printing Office, 1960.

VASCONCELLOS, Sylvio. Vila Rica. Formação e desenvolvimento-Residências. Rio de Janeiro: INL, 1956.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

VIANA, Fábio Henrique. A paisagem sonora de Vila Rica e a música barroca das Minas Gerais (1711-1822). Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2012.

WADE, Richard C. Slavery in the Cities. The South 1820-1860. London, Oxford and New York: Oxford University Press, 1964.

